

GEOGRAFIA DA ÁFRICA E DOS SEUS DESCENDENTES NO BRASIL

PAULA REGINA DE OLIVEIRA CORDEIRO





**GEOGRAFIA DA ÁFRICA E DOS
SEUS DESCENDENTES NO BRASIL**



Luzia Matos Mota

Reitora

Ivanildo Antônio dos Santos

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Andréia Santos Ribeiro Silva

Coordenadora Geral

Zunéia de Jesus Barros Reis

Assistente de Coordenação

Carmen Asfora e Silva Freire

Secretária Executiva

CONSELHO EDITORIAL

Titulares

Celso Eduardo Brito

Deise Danielle Neves Dias Piau

Durval de Almeida Souza

Fabício Menezes Ramos

Guillermo Alberto Lopez

Jeferson Gabriel da Encarnação Coutinho

Manoel Nunes Cavalcanti Junior

Mariana Rocha Santos Costa

Tereza Kelly Gomes Carneiro

Suplentes

Adriana Vieira dos Santos

Catarina Ferreira Silveira

Eliana Evangelista Batista

Flávio de Ligório Silva

Maurício Andrade Nascimento

Valter de Carvalho Dias

DIRETORIA SISTÊMICA DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS E ASSUNTOS ESTUDANTIS

Marcilene Garcia de Souza

Diretora de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – DPAAE

Cacilda Ferreira Reis

Chefe do Departamento de Assuntos Estudantis – DAES/DPAAE

Jacineide Arão dos Santos Profeta

Chefe do Departamento de Políticas Afirmativas – DPAF/DPAAE

Thelma Lima da Cunha Ramos

**Chefe da Coordenação Indígena e Povos Tradicionais – CIND/
DPAF/DPAAE**

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Jancarlos Menezes Lapa

Pró-Reitor

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Marcelo dos Santos Bispo

Pró-Reitor

DIRETORIA DE GESTÃO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Laís Andrade Souza

Diretora

EXPEDIENTE:

COLEÇÃO PEDAGÓGICA DO PROGRAMA ASÉ-TORÉ

Marcilene Garcia de Souza

Diretora de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – DPAAE

Heide de Jesus Damasceno

Coordenadora Geral do Programa Asé-Toré

COORDENAÇÃO DA COLEÇÃO PEDAGÓGICA ASÉ TORÉ

Priscila Elisabete da Silva

Coordenadora responsável pela Coleção

CONSELHO CIENTÍFICO DA COLEÇÃO ASÉ-TORÉ

Alessandra Corrêa de Souza

Danilo de Souza Moraes

Edson Machado de Brito

Eliane Sílvia Costa

Eduardo David de Oliveira

Heide de Jesus Damasceno

Henrique Antunes Cunha Junior

Luciana Alves

Marcilene Garcia de Souza

Marcelo Aranda Stortti

Priscila Elisabete da Silva

Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Francisco Sandro da Silveira Vieira

Sélvia Carneiro de Lima

Tania Lopes

Tânia Pedrina Portella Nascimento

Victor Martins Souza

Vilma Maria dos Santos Reis

PARECERISTAS DA COLEÇÃO ASÉ-TORÉ

Luana Roberta Gonçalves

Márcio Luís da Silva Paim

Marlene Pereira dos Santos

Raimundo Borges da Mota Junior

Francielle Silva Santos

APOIO ADMINISTRATIVO

Juliana Monique de Souza de Araújo

Nainalva Reis Santana

ILUSTRAÇÕES

Letícia Graciano Nunes

REVISÃO

Tiago Alves Nunes

Leandro de Jesus da Silva

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Carla Piaggio Design

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA

PAULA REGINA DE OLIVEIRA CORDEIRO

GEOGRAFIA DA ÁFRICA E DOS SEUS DESCENDENTES NO BRASIL

COLEÇÃO PEDAGÓGICA DO PROGRAMA ASÉ-TORÉ
FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO SOBRE NEGRAS(OS) E POVOS INDÍGENAS
VOLUME 6

Salvador
2023

EDIFBA
Editora do IFBA



©2023, Instituto Federal da Bahia

Todos os direitos desta edição, reservados à EDIFBA. É permitida a reprodução parcial desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

FOTOS CAPA

Cenas urbanas e vistas aéreas em países africanos.

I23 IFBA. Diretoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis

Geografia da África e de seus descendentes no Brasil / Texto de Paula Regina de Oliveira Cordeiro/DPAAE. – Salvador : EDIFBA, 2023.
65 p. (Coleção Pedagógica do Programa Asé-Toré Formação em Educação sobre Negras(os) e Povos Indígenas; V. 6).

E-Book.
ISBN: 978-65-88985-31-1.

1. África. 2. História - Cultura. I. Paula Regina de Oliveira Cordeiro. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia / Diretoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – DPAAE. III. Geografia da África e de seus descendentes no Brasil. IV. Coleção Pedagógica do Programa Asé-Toré Formação em Educação sobre Negras(os) e Povos Indígenas; V. 6.

CDU 94(6):37

Ficha Catalográfica elaborada pelo SIB-IFBA / Andréia Ribeiro CRB – 5/1466

Editora Filiada à



AGRADECIMENTOS

A produção dos 15 Cadernos Temáticos que integram a Coleção Asé-Toré, projeto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA, traduz-se num esforço para o cumprimento da LDB no que concerne à educação das relações étnico-raciais. Essa realização foi possível devido aos esforços de muitas pessoas.

Na gestão do IFBA, agradecemos à Prof^ª. Dra. Luzia Matos Mota (Reitora) pelo empenho para que a Coleção se tornasse realidade; na Pró-Reitoria de Ensino – PROEN, ao Prof. Dr. Jancarlos Menezes Lapa (Pró-Reitor), às servidoras técnicas, pedagogas e gestoras Mestra Indaira Célia da Silva (Chefe do Departamento de Ensino Técnico) e Priscila Uzeda Pereira do Vale (assessora) e, ainda, à Prof^ª. Mestra Elisângela dos Reis Oliveira (Coordenadora Institucional da Universidade Aberta do Brasil – UAB); Na Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – PRPGI, ao Prof. Dr. Ivanildo Antônio dos Santos (Pró-Reitor) e Prof. Dr. André Rosa Martins (Diretor Executivo); Na Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – PRO-DIN, agradecemos à Mestra Andreia Santos Ribeiro Silva (Gerente de Desenvolvimento da Biblioteca). Na Pró-Reitoria de Administração e Planejamento (PRO-AP), ao Marcelo dos Santos Bispo (Pró-Reitor) e Maria Aparecida Costa Ribeiro (Diretora de Gestão Contábil,

Orçamentária e Financeira). Na Diretoria de Gestão da Comunicação Institucional – DGCOM, à Mestra Laís Andrade Souza (Diretora), à Mestranda Teresa de Souza Bahia (assistente de administração) e à Mestra Bárbara Conceição Souza de Jesus (Chefe do Departamento de Jornalismo).

Registramos, de forma destacada, nosso agradecimento à Coordenação responsável pela gestão do Programa Asé-Toré: Dra. Heide de Jesus Damasceno (coordenação geral) e Profa. Dra. Priscila Elisabete da Silva (coordenação adjunta), que foi responsável de forma direta pela Coordenação da Coleção Pedagógica “Asé-Toré”.

Agradecemos às autoras e aos autores dos cadernos da coleção pedagógica Asé-Toré: Ângela Maria Ribeiro, Ayalla Oliveira Silva, Bárbara Nascimento Flores Borum-Kren, Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo, Eliane da Conceição Silva, Edson Kayapó, Everaldo Rodrigues Mota Junior, Florença Freitas Silvério, Henrique Antunes Cunha Junior, João Rodrigo Araújo Santana, Joelma Cerqueira de Oliveira, Jorge Luiz Gomes Junior, Luciana Alves, Maria Luzitana Conceição dos Santos, Márcio Luís da Silva Paim, Patrícia Martins, Paula Regina de Oliveira Cordeiro, Renata do Nascimento Argemiro, Tania Aparecida Lopes.

Agradecemos aos cinco pareceristas dos cadernos temáticos nominalmente: Francielle Silva Santos; Luana Roberta Gonçalves; Marlene Pereira dos Santos; Márcio Luís da Silva Paim; Raimundo Borges da Mota Junior; ao apoio administrativo pedagógico: Juliana Monique de Souza de Araújo e Nainalva Reis Santana; à Ilustradora Letícia Graciano Nunes.

Nossos agradecimentos, também, aos representantes do Conselho Editorial da Coleção Pedagógica Asé-Toré: Profa. Dra. Alessandra Corrêa de Souza; Profa. Dra. Eliane Sílvia Costa; Profa. Doutoranda Luciana Alves; Profa. Doutoranda Vilma Maria dos Santos Reis; Profa. Dra. Sélvia Carneiro de Lima; Profa. Dra. Tania Aparecida Lopes; Profa. Dra. Tânia Pedrina Portella Nascimento; Profa. Dra. Marcilene Garcia de Souza; Prof. Dr. Edson Machado de Brito; Prof. Dr. Eduardo David de Oliveira; Prof. Dr. Danilo de Souza Moraes; Prof. Dr. Francisco Sandro da Silveira Vieira; Prof. Dr. Henrique Antunes Cunha Junior; Prof. Dr. Marcelo Aranda Stortti; Prof. Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos; Prof. Dr. Victor Martins de Souza.

No caminhar desta estrada, diversas pessoas, de um jeito ou de outro, exalaram Axé e Toré na construção deste trabalho de tantos jeitos. A todas e todos, citadas ou não aqui, nossa gratidão.

PREFÁCIO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia tem a honra de apresentar a Coleção Pedagógica do *Programa Asé-Toré: Formação em Educação sobre negras(os) e povos indígenas*, produto de um dos Programas de educação para relações étnico-raciais desenvolvido pela Diretoria Sistêmica de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – DPAAE/IFBA.

Estamos felizes em materializar esta coleção, que marca o compromisso da nossa instituição em validar a legislação nacional que trata da obrigatoriedade de educar sobre História da África, afro-brasileira e indígena, identificando-a como conquista dos movimentos sociais, negros e indígenas brasileiros. Assim, reconhecemos as lutas de quem veio antes, agradecemos às/aos servidoras/es, gestoras/es e estudantes que bravamente promovem o debate racial no IFBA e fortalecemos esforços em prol de uma educação antirracista.

A Coleção Pedagógica Asé-Toré representa um marco na institucionalidade de ações que contribuem para que o IFBA solidifique sua missão institucional: “Promover a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do país”. Além disso, a Coleção inaugura novas estratégias institucionais e interdisciplinares, ao desenvolver um produto didático e acessível a todos os níveis, formas e modalidades de ensino que ofertamos.

Desejo boa leitura e estudos. Que a Coleção Pedagógica Asé-Toré alcance a comunidade do IFBA e, também, as famílias dos nossos estudantes, organizações sociais e instituições de ensino do nosso Estado e país.

PROFESSORA DRA. LUZIA MATOS MOTA
REITORA DO IFBA

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO PEDAGÓGICA

“Asé-Toré”, junção das palavras “Asé” (na língua iorubá, significa poder, energia ou força presente em cada ser ou em cada coisa, que nas religiões afro-brasileiras representa a energia sagrada dos orixás) e “Toré” (expressão espiritual-religiosa de grande importância para os indígenas), significa para nós o resgate da força coletiva e energia vital da ancestralidade para vencer os desafios contemporâneos do povo negro e indígena.

É com este nome repleto de significados e potências que a Diretoria Sistêmica de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – DPAAE/IFBA apresenta à comunidade **interna e externa** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) esta Coleção Pedagógica, um dos produtos do “Programa Asé-Toré: Formação em educação sobre negras(os) e povos indígenas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFBA), voltado à formação de gestoras(es), professoras(es), técnicas(os) administrativas(os), estudantes e comunidade na área da Educação das Relações Étnico-Raciais e ao enfrentamento ao racismo no âmbito do IFBA.

O Programa Asé-Toré foi institucionalizado por meio de Chamada Pública do IFBA/DPAAE, que possibilitou a contratação de duas Coordenadoras (Coordenadora

Geral e Coordenadora dos Cadernos Temáticos); 15 bolsistas “professores conteudistas”; cinco bolsistas “professores pareceristas”; dois apoios administrativos pedagógicos e uma ilustradora para a produção dos Cadernos Temáticos. Envolveu, ainda, mais de dez pesquisadoras(es) para o Conselho Editorial e diversas(os) servidoras(es) internos e externos do IFBA que contribuíram na seleção dos bolsistas.

A DPAAE é uma Diretoria recente na história do IFBA, sendo criada em 2020. Desta forma, a entrega à sociedade da Coleção Pedagógica Asé-Toré se torna um marco importante no cumprimento às normativas que tratam da educação das relações étnico-raciais o qual foi também missão da Diretoria. A Coleção tem o objetivo de promover a Educação das Relações Étnico-raciais, **cumprindo a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB**, especialmente no que concerne à implantação das Leis Federais nº 10.639/03 e nº 11.645/08, as quais afirmam a obrigatoriedade do estudo da “História da África e dos africanos”, da “luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil”, da “cultura negra e indígena brasileira” e “o negro e o índio na formação da sociedade nacional”, “resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.” (BRASIL, 2008). Do mesmo modo, considerou-se as Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, passando, ainda, por outras normativas do estado da Bahia.

Composta por 15 cadernos temáticos, a Coleção Pedagógica Asé-Toré cumpre esforços institucionais de contribuir com a formulação de um material didático, fundamentado numa perspectiva de valorização da educação das relações étnico-raciais, da diversidade étnico-racial na educação, no enfrentamento ao racismo institucional, na valorização das ações afirmativas para a população negra e povos indígenas. Representa, ademais, contribuições coletivas de profissionais, pesquisadoras/intelectuais ativistas ou não, em sua maioria negros e mulheres, sendo destacada a participação de dois indígenas. Estas(es) pesquisadoras(es) se dedicaram a uma metodologia inovadora de trabalho baseada em aspectos da cosmovisão de mundo africana e indígena, enfatizando o trabalho coletivo, valorizando as lutas sociais, a produção de autoras(es) negras(os) e indígenas e considerando suas vivências e experiências na forma e formato dos conteúdos e imagens.

O Programa Asé-Toré nasceu a partir de um projeto mais amplo de implementação da Lei 10.639/03,

originalmente escrito por mim, Marcilene Garcia de Souza, e pelo professor Dr. Hélio Santos, em 2017. Aqui no IFBA (DPAAE), o Programa se apresentou de forma mais sintetizada em que se destacam três produtos: Produção dos 15 Cadernos Temáticos; Institucionalização de uma biblioteca virtual temática e uma série de formações sobre educação das relações étnico-raciais.

Faz-se necessário registrar o empenho da gestão do IFBA para a realização do Programa Asé-Toré, na pessoa da Reitora Profa. Dra. Luzia Matos Mota, que é mulher negra, e na do Pró-Reitor de Ensino, Prof. Dr. Jancarlos Lapa, mas também da Equipe gestora da DPAAE que contribui de forma mais direta na execução do Programa: Profa. Mestra Thelma Ramos (Chefe da Coordenação Indígena e Povos Tradicionais – CIND/DPAF/DPAAE), a pedagoga Jacineide Arão dos Santos Profeta (Chefe do Departamento de Políticas Afirmativas – DPAF/DPAAE) e a assistente social Cacilda Ferreira dos Reis (Chefe do Departamento de Assuntos Estudantis – DAES/DPAAE).

PROF^ª. DRA. MARCILENE GARCIA DE SOUZA
DIRETORA SISTÊMICA DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS
E ASSUNTOS ESTUDANTIS DO IFBA

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO PEDAGÓGICA PELAS COORDENADORAS

Prezadas(os) leitoras(es),

O IFBA, por meio do Programa Asé-Toré, institucionalizado na Diretoria Sistêmica de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – DPAAE, apresenta à sociedade baiana e brasileira a Coleção Pedagógica Asé-Toré que é composta por 15 cadernos com temática negra e indígena.

Agradecemos de forma especial a você leitora(or), que também faz parte dessa história, desse Asé-Toré, dessa energia que se transforma em força de ação e promove mudanças. A aprendizagem do conteúdo compartilhado nesta Coleção Pedagógica contribuirá na construção das mudanças educacionais necessárias na contraposição das desigualdades.

Essa Coleção Pedagógica, do ponto de vista de sua missão e considerando as singularidades sociais e raciais do IFBA e da sociedade brasileira, é, antes de tudo, um movimento que buscou congregiar passado, presente e futuro, dimensões espaço-temporais entendidas aqui como um contínuo para o processo de formação de cada indivíduo. O passado está presente

a partir dos conhecimentos ancestrais; o presente, por meio dos conhecimentos teóricos; o futuro, na aposta em uma nova forma de produção de conhecimento mais colaborativa e, portanto, mais complexa e forte.

Partiu-se do desafio de elaborar um material que contribuísse para identificarmos novas possibilidades de produzir e transmitir o conhecimento científico, entendendo que o conhecimento científico é mais do que as teorias produzidas pelo mundo acadêmico (sobretudo eurocêntrico e branco).

A Coleção Asé-Toré busca apontar para a necessária ampliação da visão que a sociedade brasileira tem sobre ciência e intelectualidade na medida em que considera e ressalta os conhecimentos advindos dos saberes ancestrais materializados em experiências de nossos povos originários e do povo negro brasileiro como detentores de método, técnica e que dialoga com outros saberes e responde às necessidades sociais/individuais, mas que não tem sido considerado válido cientificamente devido à narrativa da ciência ocidental como única forma de pensar e produzir conhecimento. Essa crítica não é nova e se apresenta

também em intelectuais que têm buscado chamar a atenção para a necessidade de produzir (e/ou reconhecer a produção existente) pautada em uma lógica descolonizadora.

Foi um grande desafio para essa equipe de autoras(es) produzir o material considerando essa premissa, isso porque somos frutos de uma insistente inserção do pensamento eurocêntrico que influencia o modo como pesquisamos e escrevemos. Contudo, intelectuais negras, negros, indígenas e outros antirracistas esforçaram-se para trilhar outros caminhos de conhecimento inspiradas e inspirados pelos saberes ancestrais.

Nesta Coleção, buscou-se confluir formas de produção acadêmicas tradicionais com as experiências que vivenciamos enquanto indivíduos negros, negras e povos originários num texto didático que pudesse alcançar uma diversidade de pessoas. É um trabalho inaugural dentro do IFBA e, como tal, tem suas limitações, contudo, tem o mérito de abrir caminhos.

Cada Caderno Temático tem o “DNA” da equipe de pesquisadoras(es) e, ao mesmo tempo, a singularidade da escrevivência de cada autora e autor. Trabalhamos sob uma metodologia fundamentada na cosmovisão africana e ameríndia ou, dito de outro modo, em valores inspirados na ancestralidade negra e indígena, a exemplo da coletividade, do afeto, do respeito e da generosidade.

Desejamos que o Asé-Toré que teceu este material alcance a dimensão do sensível e desperte em você toda a potência da ancestralidade, fortalecendo seus passos... que também são nossos passos... e de nossas e nossos ancestrais.

Asé-Toré!

DRA. HEIDE DE JESUS DAMASCENO
COORDENADORA GERAL DO PROGRAMA ASÉ-TORÉ

DRA. PRISCILA ELISABETE DA SILVA
COORDENADORA ADJUNTA DO PROGRAMA ASÉ-TORÉ
(ORGANIZADORA DA COLEÇÃO ASÉ-TORÉ)

A AUTORA DESTE CADERNO



PAULA REGINA DE OLIVEIRA CORDEIRO

Sou licenciada e bacharel em Geografia pela Universidade Federal da Bahia, local onde obtive meu título de mestra e onde realizado o meu doutoramento. Sou oriunda de Salvador, na Bahia, e, atualmente, desenvolvo pesquisas sobre os temas de geografia africana; comunidades tradicionais pesqueiras e quilombolas; cartografia étnica e social. Sou pesquisadora do Grupo Costeiros (UFBA) e integro o Projeto Nova Cartografia Social pela Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB). Estou também como professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Espero que a nossa jornada seja prazerosa, porque a Geografia da África é uma matéria muito interessante! Vamos juntas, juntos e juntes nessa?

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

GEOGRAFIA DO CONTINENTE AFRICANO..... 17

Introdução..... 18

1.1 O continente africano 19

1.2 Relações entre as sociedades africanas e a natureza..... 23



CAPÍTULO 2

FRONTEIRAS E MIGRAÇÕES DO CONTINENTE AFRICANO 29

2.1 Fronteiras pré-coloniais na África 30

2.2 A partilha do continente africano e a constituição das fronteiras modernas 34

2.3 As atuais migrações no continente africano 39

CAPÍTULO 4

APROFUNDAMENTO DOS ESTUDOS 57



CAPÍTULO 3

ORGANIZAÇÕES ESPACIAIS AFRICANAS NO BRASIL 42

3.1 Populações africanas no Brasil 43

3.2 Geografia dos quilombos no Brasil 46

3.3 Terreiros de religiosidade de matriz africana no Brasil 50

3.4 Outras contribuições dos negros no Brasil 52



Máscara Cokwe
Mwana Pwo

Máscara Cokwe
Mukixi wa Cihongo

INTRODUÇÃO DO CADERNO

Esse caderno é composto por 4 capítulos os quais nos levarão a conhecer um pouco mais sobre a Geografia da África. No primeiro capítulo “Geografia do continente africano”, dialogaremos sobre as características do continente. Aspectos como vegetação, clima, relevo, hidrografia, geologia serão trabalhados a partir da relação geohistórica dos povos que construíram a África. Questões ambientais também terão lugar, trazendo reflexões importantes para o entendimento da realidade socioambiental africana no momento presente.

O segundo capítulo, intitulado “Fronteiras e migração no continente africano”, traz aspectos importantes no que diz respeito às fronteiras existentes no continente antes da invasão europeia. Aqui serão estabelecidas as características principais de conformação dessas fronteiras. Terão presença, também, aspectos sobre a constituição das fronteiras modernas, principalmente a partir do que conhecemos como “partilha da África”. Os movimentos migratórios serão contextualizados a partir da geopolítica africana e farão parte do entendimento sobre a África contemporânea.

No capítulo três “Organizações espaciais Africanas no Brasil”, mergulharemos sobre questões espaciais sobre a diáspora africana para o Brasil, por meio da constituição de Quilombos, sejam eles formados no período colonial, sejam posteriormente a este período. Abordaremos estratégias espaciais próprias dos quilombos, bem como a espacialização desses no Brasil contemporâneo. As religiosidades afro-brasileiras também farão parte dos conteúdos apresentados neste caderno e serão contextualizadas a partir das espacialidades dos cultos presentes no Brasil contemporâneo.

O capítulo quarto encerra o nosso caderno e traz sugestões para que os estudos possam ser aprofundados.

BONS ESTUDOS!



CAPÍTULO 1

GEOGRAFIA DO CONTINENTE AFRICANO

GEOGRAFIA DO CONTINENTE AFRICANO

INTRODUÇÃO

Você já sabe que a África é um continente e não um país. O continente africano possui aproximadamente 1,2 bilhões de pessoas e é constituído por uma grande diversidade geográfica. Essa diversidade se apresenta para nós através de sua natureza exuberante, formada por grandes rios, cadeias de montanhas, planaltos, planícies e uma vegetação nativa composta por florestas, desertos, savanas entre os outros que ajudam a conformar a beleza natural que se combina com a diversidade climática e pluviométrica (medição da quantidade de chuva num local durante um período determinado) de caráter continental.

Neste capítulo, faremos um mergulho na natureza existente no continente africano, compreendendo de que maneira se estabelece a relação entre as sociedades africanas e a diversidade ambiental.

A pesquisadora Geny Guimarães nos diz que a Geografia “representa uma área do conhecimento do ser e estar da humanidade no mundo (sociedade) e planeta (natureza) com suas inúmeras relações” (GUIMARÃES, 2018, p. 67). Sendo assim, a Geografia está próxima das experiências cotidianas das pessoas.

Nós, seres humanos, no contexto geográfico (GUIMARÃES, 2018), estamos no **espaço geográfico** a partir não apenas daquilo que produzimos e construímos enquanto concretude, mas também a partir de tudo aquilo que experimentamos, sentimos, pensamos a partir da nossa origem e dos valores que consideramos importantes.

A-Z

Espaço geográfico

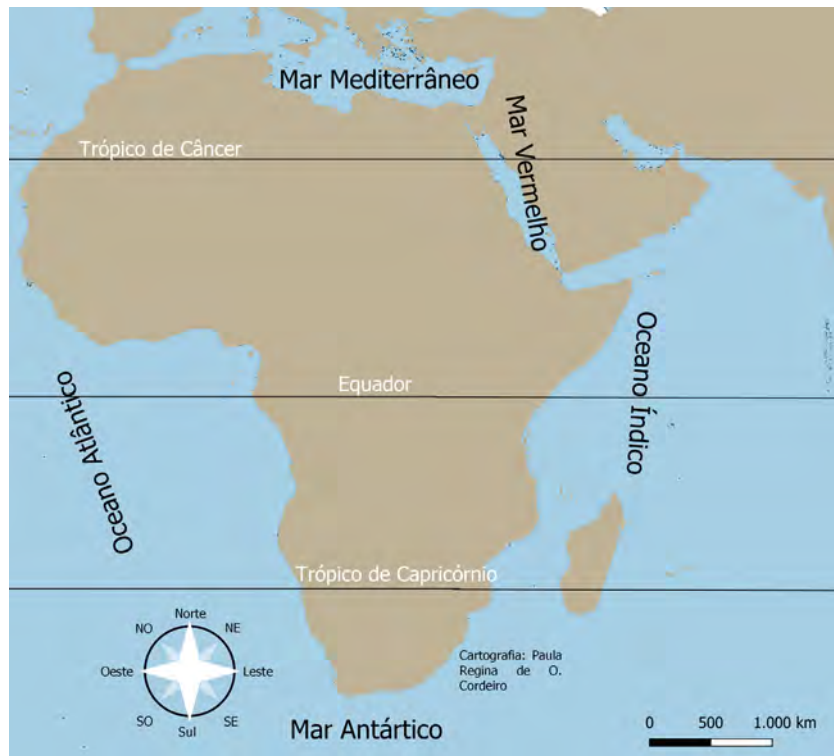
Para Milton Santos, “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2006, p.39).

É com esse espírito que iremos apresentar o conteúdo de geografia africana. Desse modo, apresentamos os territórios africanos a partir do entendimento de que território é “um fato físico, político, social, categorizável, possível de dimensionamento onde geralmente o Estado está presente e onde estão gravadas as referências culturais e simbólicas da população” (ANJOS, 2006, p.339).

Vamos conhecer um pouco mais da geografia africana, de forma que os preconceitos ocasionados pelo **eurocentrismo** e pelo **racismo** sejam superados?

1.1 O CONTINENTE AFRICANO

A África é o terceiro maior continente em extensão territorial do planeta, possuindo 30 milhões de km². Sua dimensão é tamanha que é o único continente do mundo cortado por três paralelos: a Linha do Equador e os trópicos de Câncer e de Capricórnio (mapa 1).



Mapa 1. Mapa do continente africano.

O continente africano é banhado pelo oceano Atlântico na sua costa ocidental (ou Oeste), pelo oceano Índico do lado oriental (ou Leste), ao Norte é banhado pelo Mar Mediterrâneo, a Nordeste (NE) e pelo mar Vermelho e, ao Sul, pelo Mar Antártico (DIARRA, 2010).

De maneira geral, a África pertence a um continente muito antigo, que antes de se constituir como um continente próprio compreendia a América, o sul da Ásia e a Austrália. Esse continente era denominado Gondwana, que, devido aos movimentos das placas tectônicas, separou-se e deu origem aos continentes da forma como conhecemos hoje; a esse movimento dá-se o nome de orogênico. Atualmente a África ocupa uma única placa tectônica.

Esse movimento orogênico da crosta terrestre deu origem a grandes cordilheiras que, com o tempo, foram desgastadas e reduzidas a peneplanos, ou seja, a regiões geomorfologicamente maduras de topografia plana e algum relevo suave. Os peneplanos podem ser visualizados quando observadas as pequenas altitudes existentes no continente africano; apesar disso, a Leste há uma sucessão de montanhas, como o Kilimanjaro (fotografia 1) na Tanzânia, considerado o ponto mais alto do continente africano com 5895 metros e, também, a Cadeia (ou Cordilheira) do Atlas a Noroeste (NO) do continente com 4000 metros. Boa parte da África é formada por planaltos e planícies costeiras, as quais podem possuir grandes extensões, como as planícies do Níger.



Fotografia 1. Monte Kilimanjaro. Fonte: <https://tinyurl.com/4mnfxwk7>

Existem também alguns planaltos no continente africano, com destaque para o Planalto Setentrional (ou Norte), onde está lo-

A-Z

Eurocentrismo

Designa a pretensa e infundada superioridade da percepção do mundo europeu sobre as outras percepções. O Eurocentrismo justificou a violência dos europeus sobre os outros povos do mundo. A curiosidade está aguçada? Veja mais em: *"O Eurocentrismo e os seus Avatares: Os Dilemas das Ciências Sociais"*, de Immanuel Wallerstein.

Racismo

É um problema permanente na sociedade atual e sua origem remonta a conflitos históricos, em que os povos eram hierarquizados a partir de suas características fenotípicas, ou seja, pela sua aparência física. Quer saber mais? Leia *"Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo"*, de Carlos Moore. Procure saber mais sobre esse assunto.



calizado o mais extenso deserto do mundo, o deserto do Saara e, também, o Rio Nilo, o mais extenso da África e o segundo maior do mundo, berço da grande civilização Kemética (ou Egípcia). É no Planalto Setentrional que encontramos também a Bacia do Chade e a do rio Níger. No Planalto Oriental, está localizado o Vale do Rift, a maior fossa tectônica do mundo, onde encontram-se fósseis de um dos agrupamentos humanos mais antigos do mundo (figura 1). É também a região dos grandes lagos e de altas montanhas, como os monte Quênia (5.199 m), o Ruwenzori (5.109 m) e o do já comentado Kilimanjaro. O Planalto Meridional (Sul) abriga os desertos da Namíbia e do Kalahari e, na zona equatorial do continente, a bacia do Congo.

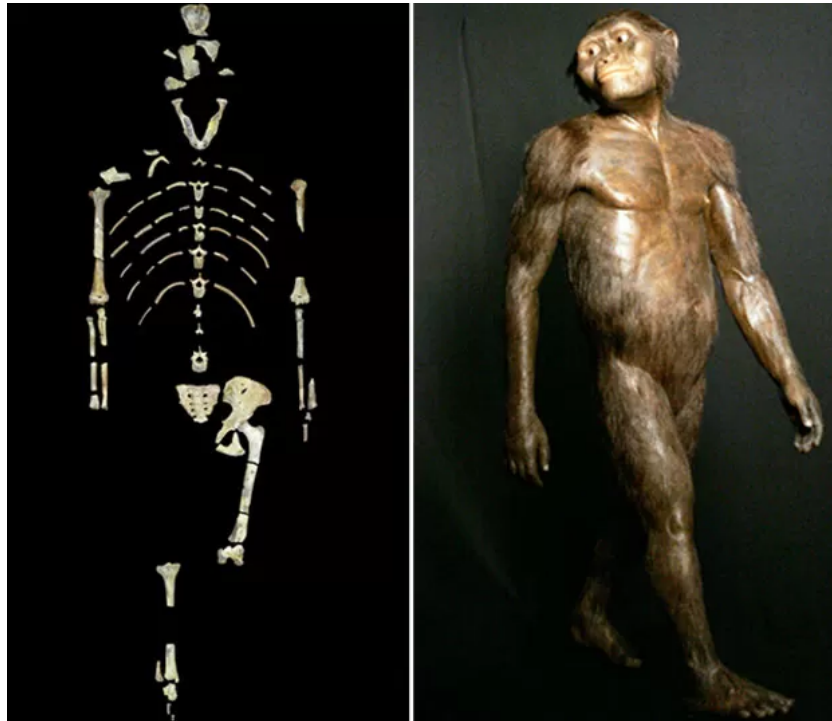


Figura 1. Fóssil de Lucy, um membro extinto da família dos hominídeos, que incluem os seres humanos modernos e todos os nossos ancestrais — e cujos ossos foram descobertos na Etiópia, em 1974. Fonte: G1, 2016.

A zonalidade climática da África é inigualável e inexistente em outras partes do mundo. A sucessão de faixas climáticas paralelas

à linha do Equador confere notável originalidade ao continente. Em ambos os hemisférios (Norte, acima do Equador, e Sul, abaixo do Equador) os regimes pluviométricos diminuem quando se afastam do Equador, ou seja, quando vão em direção às altas latitudes. Como vimos no mapa 1, boa parte do continente africano está localizado na zona intertropical (entre trópicos), o que torna a África o continente mais uniformemente quente do mundo. Quanto mais próximo aos trópicos (nas altas latitudes), maior a seca e quanto mais próximo à linha do Equador (nas baixas latitudes), maior a umidade. De forma geral, encontramos os climas equatorial, desértico, tropical e mediterrâneo no continente africano e encontramos, também, os climas semiárido, temperado e de altas montanhas, ou frio da montanha. Vamos conhecê-los um pouco melhor?

O clima equatorial é quente e úmido o ano inteiro, com temperaturas médias que variam entre 25°C e 30°C; esse clima abrange parte da região Centro-Oeste do continente. A combinação das altas taxas de umidade do ar e a abundância das chuvas possibilita a existência de florestas equatoriais. O clima tropical quente com invernos secos está presente em quase todo o território africano, com temperaturas médias variando entre 22°C e 25°C. Aqui há duas estações bem definidas: uma seca e uma chuvosa. A Floresta do Congo — que abrange desde o Golfo da Guiné até porções mais continentais, nas montanhas Albertine Rift — recebe a influência dos climas equatorial e tropical, sendo considerada a segunda maior floresta tropical do mundo.

O clima desértico tropical e subtropical incide do Centro ao Sul do continente, incluindo a Ilha de Madagascar. As temperaturas podem chegar a 50°C durante o dia, mas podem alcançar temperaturas negativas durante a noite. É nesse clima que estão situados os desertos do Kalahari e o Saara. O clima mediterrâneo, por sua vez, manifesta-se com menos intensidade no continente, estando presente em porções dos extremos norte e sul. As temperaturas no clima mediterrâneo variam entre 15°C e 20°C.

A vegetação possui forte relação com o clima, pois essa se organiza de forma similar aos tipos climáticos. Portanto, temos que

na porção equatorial, onde há chuva abundante, encontramos a presença de florestas densas, com grande diversidade biológica de fauna e flora. Nessas paisagens, a vegetação dominante é a floresta equatorial, latifoliada com folhas grandes, largas e verdes durante todo o ano. Como já foi afirmado, além da Floresta do Congo (fotografia 2), encontramos também a Floresta Equatorial de Ituri, na República Democrática do Congo e a Floresta Equatorial de Camarões.



Fotografia 2. Acima - Floresta do Congo. Fonte: Global Witness. Acesso em: 2022.

Fotografia 3. Abaixo: Savana africana. Fonte: <https://tinyurl.com/2h8atuzh>

Há a presença também das Savanas (fotografia 3), uma vegetação muito semelhante ao Cerrado brasileiro e que ocupa a maior parte

A FLORESTA TROPICAL É ENCONTRADA, PRINCIPALMENTE, NO LITORAL CENTRO-OESTE AFRICANO.

Há grande biodiversidade de fauna e flora nessas áreas. As árvores são altas e dispersas com folhas perenes e sempre verdes, possuindo grande variedade. Apesar disso, o solo dessas florestas pode ser considerado pobre. Há elevada precipitação, própria ao clima tropical, o que favorece as condições necessárias à vida exuberante nessas paisagens.

A vegetação dos desertos (fotografia 4) está associada aos climas desérticos e ocupam grande parte do norte e uma faixa do litoral Sudoeste (SO) do continente africano. Há a presença de arbustos com raízes profundas e capilarizadas, o que aumenta a área de absorção da umidade. Aqui encontram-se plantas mais adaptadas ao baixo índice pluviométrico próprio do clima desértico, como cactos, suculentas.



Fotografia 4. Deserto do Saara. Fonte: Luca Galuzzi, Creative commons.

As vastas áreas do continente onde as chuvas são escassas ou inexistentes não apresentam cursos hídricos permanentes, com exceção da área seca mediterrânea que recebe chuvas que originam lençóis de escoamento. Nas regiões de índice pluviométrico satisfatório, principalmente nos climas tropical e equatorial, as bacias dos grandes rios escoam através do relevo local, alguns chegando até o mar.

Você sabia que o Rio Nilo pode ser visto do espaço?

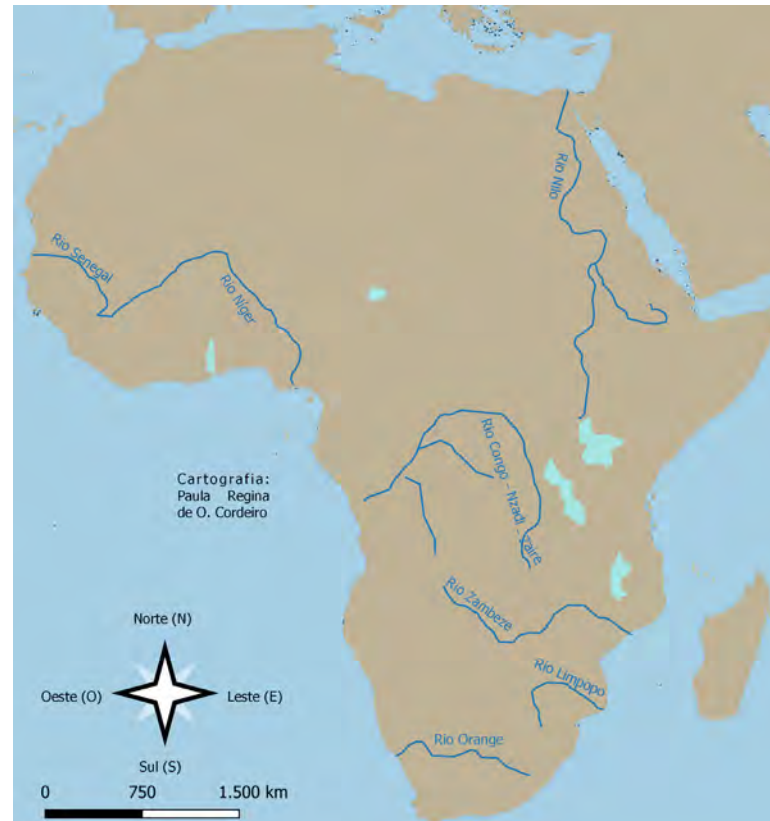
Veja mais em: <https://visibleearth.nasa.gov/images/71790/the-nile-egypt>



Figura 2. Rio Nilo visto do espaço. Fonte: G1, 2010 e <https://www.nasa.gov/image-feature/the-desert-nations-of-egypt-saudi-arabia-israel-and-jordan>

Agora vamos comentar sobre os três principais rios do continente africano. O primeiro deles é o rio Nilo (figura 2), que tem sua origem em dois grandes lagos: o Vitória, em Uganda, e o Tana, na Etiópia. O lago Vitória alimenta um grande afluente, o Nilo Branco, e o Tana alimenta o Nilo Azul. Além desses grandes lagos, a nascente do rio Nilo está associada mais ao sul, em Ruanda, sendo

essa nascente também considerada como o início do rio Nilo. O rio Nilo atravessa uma imensa área desértica antes de alcançar o Mar Mediterrâneo. Apesar de sua extensão ser a maior na África (6700 km), o Nilo é pouco volumoso. Porém, desde a Antiguidade, é um dos rios mais úteis do mundo, sendo utilizado como fonte de irrigação para a agricultura e água para a pecuária.



Mapa 2. Mapa hidrográfico da África.

O Rio Congo é conhecido também como Zaire, ou por seu nome precedente à colonização: Nzadi. Ele é o segundo maior rio do continente africano, com uma extensão de 4.700 km, porém é o rio mais volumoso e o segundo do mundo. A bacia do rio Congo atravessa oito países, são eles: República do Congo ou Congo Brazzaville, República Democrática do Congo, Angola, República Centro-Africana, Camarões, Tanzânia, Ruanda e Burundi. Esse rio nasce nas montanhas do Vale do Rift e deságua no Oceano

Atlântico. Sua foz estabelece a fronteira entre a República Democrática do Congo e Angola. Ele é o único rio no mundo que atravessa duas vezes a linha do Equador.

Outro rio importante é o Níger, com cerca de 4.180 km, é o terceiro maior rio do continente africano. Esse rio nasce na faixa montanhosa do Atlântico e dirige-se para o Saara, orientando-se para o golfo da Guiné, onde deságua por um vasto delta na Nigéria. O Níger atravessa cinco países: Guiné, Mali, Níger, Benim e Nigéria, servindo de fronteira entre o Níger e o Benim. A parte Norte do rio é conhecida como a curva do Níger, e tem importância destacada, pois é a fonte de água que abastece o deserto do Saara.

A biodiversidade africana é muito importante para o desenvolvimento das populações presentes em seu território. No próximo tópico, iremos abordar as relações entre a natureza e as sociedades no continente africano.

1.2 RELAÇÕES ENTRE AS SOCIEDADES AFRICANAS E A NATUREZA

É difícil separar a constituição do espaço africano da natureza. No entanto, não há, de forma alguma, possibilidades de analisar o cenário geográfico a partir de **reflexões deterministas**, pois cada comunidade reagiu de maneira própria, produzindo espaço através do grau de organização da sua população, dos seus valores e da eficácia de suas técnicas e ciências para a utilização das riquezas locais.

Você sabia que a utilização dos minerais se constitui como uma das mais significativas riquezas naturais? Os minerais encontrados no continente africano podem ser classificados como preciosos, encontrados em poucas regiões do mundo e, também, os estratégicos, minerais utilizados para a produção de bens importantes para o desenvolvimento do modo de vida capitalista. Portanto, na atualidade a extração de ambos os minerais têm sido alvo de disputa e da cobiça mundial sobre o continente africano.

Quadro 1: Tempo Geológico

ESCALA DO TEMPO GEOLÓGICO						
Éon	Era	Período	Época	Idade (Ma)		
Fanerozóico	Cenozóico	Quartenário	Holoceno	2,6		
			Pleistoceno			
		Neógeno	Plioceno			
			Mioceno			
		Paleógeno	Oligoceno			
			Eoceno			
	Mesozóico	Paleozóico	Paleoceno		66	
				Cretácio		
				Jurássico		
				Triássico		
				Permiano		
				Carbonífero		
				Devoniano		
Paleozóico	Paleozóico	Paleoceno	Siluriano	252		
			Ordoviciano			
			Cambriano			
Proterozóico	Arqueano	Paleo-proterozóico		2500		
			Meso-proterozóico			
			Neo-proterozóico			
Arqueano	Arqueano	Eo-arqueano		4000		
			Paleo-arqueano			
			Meso-arqueano			
			Neo-arqueano			
Hadeano			Pré-cambriano			

Fonte: Creative Commons | Fabiana Richter.

A-Z

Reflexões deterministas

A expressão “reflexões deterministas” faz uma alusão ao determinismo geográfico criado a partir da teoria do geógrafo alemão Friedrich Ratzel. O determinismo geográfico é a crença de que o meio natural determina o desenvolvimento social e os padrões da cultura humana.



Segundo o geógrafo nigeriano Akin Mabogunje (fotografia 5a), os minerais são considerados como o material-chave do universo, e o continente africano possui abundante riqueza mineral, pois repousa sobre massas rochosas classificadas entre as mais antigas no planeta. As rochas cristalinas antigas recobrem, pelo menos, um terço da superfície do continente e algumas são abundantemente mineralizadas, entre elas destaca-se a zona cuprífera do Shaba (Zaire), cuja extensão ultrapassa 300km. A zona do Shaba contém as maiores jazidas de cobre do mundo e algumas das mais ricas jazidas de rádio e cobalto. No Transvaal (África do Sul), temos o complexo ígneo de Bushveld e o Great Dike, que atravessa o Transvaal até o Zimbábue, numa extensão de 500 km, ambos são também abundantes em minérios, como a platina, o cromo e o amianto.



Fotografia 5a e 5b. Akin Mabogunje e Rafael Sanzio dos Anjos. Fontes: Creative Commons e UNB.

Você já ouviu falar da zona diamantífera africana? Essa zona possui grande concentração na África do Sul, embora haja jazidas presentes também na Tanzânia, Angola e no Zaire. Temos, ainda, ouro com grande concentração na África do Sul, Gana e no Zaire, além do estanho no Zaire e na Nigéria. Há também a presença de importantes jazidas de minério de ferro com destaque para a Libéria, Guiné e Serra Leoa, na África Ocidental. Somente a Guiné possui mais da metade das reservas mundiais de bauxita

e alumínio. Temos, ainda, a presença marcante nos solos ricos e férteis que possuem, dentre outras, o basalto de obsidiana no Quênia, fruto das fraturas vulcânicas que remontam o período Pré-Cambriano (quadro 1), que também são abundantes em ouro e estanho. Quanta riqueza existente!!

O restante do continente, cerca de dois terços, apresenta também a presença de rochas sedimentares que remontam ao período Pré-Cretáceo. No norte do continente, entre o Marrocos e a Tunísia, atravessando a Argélia, encontra-se o grande cinturão dos fosfatos associados às jazidas de ferro, outras jazidas de ferro podem ser encontradas na região de Damara na Namíbia.

Com poucas ocorrências na África do Sul no High Veld e no Zimbábue, no Wankie Field, o carvão praticamente inexiste no continente, porém, as rochas sedimentares mais recentes do período Pós-Cretácio possibilitam a existência no Saara e no litoral da África Ocidental de petróleo e gás natural.



Fotografia 6. Arte Litema realizada a partir da extração de minerais. Fonte: COURTNEY-CLARKE, 1986



Figura 3. Escultura de Bronze do Benim, criadas desde o século XIII. Fonte: Creative Commons.

A riqueza mineral contribuiu para assegurar o desenvolvimento técnico-científico do continente africano (figura 3, fotografia 6 e mapa 3). Internamente possibilitou ao continente o desenvolvimento de técnicas de fundição, que possibilitaram a melhora da qualidade de vida da população, principalmente na construção de instrumentos de trabalho, na arquitetura, infraestruturas urbanas e, também, como matéria prima para construções e adornos utilizados para os diversos fins. O que faria a sociedade sem a enxada, a pá, as canalizações e drenagens de rios? A mineralogia foi utilizada também para o desenvolvimento e o controle do comércio do ouro entre o oeste e o norte da África através do deserto, consolidando e desfazendo impérios e reinos no Sudão ocidental, por exemplo. A riqueza mineral foi importante para o desenvolvimento no período paleolítico da base industrial do Quênia.



Mapa 3. África principais padrões de cobertura vegetal e recursos minerais e energéticos - ambientes sem as transformações territoriais. Fonte: ANJOS, 2006.

O ferro, no entanto, é o minério que apresenta maior importância para o desenvolvimento da África no final da era pré-histórica. O cobre possibilitou, também, o grande desenvolvimento do continente, ocorrendo, pelo menos, cinco séculos antes da Era Cristã. O geógrafo Rafael Sanzio dos Anjos (fotografia 5b) afirma ainda que:

A expressão geográfica da riqueza mineral da África é um dos fios condutores básicos para a compreensão do interesse e da exploração mais intensa em algumas partes do continente e, também, da(s) sua(s) importância(s) em determinado momento histórico. (ANJOS, 2006, p.341)

Portanto, as riquezas minerais do continente são exploradas por diversos países capitalistas, com destaques para os europeus, que após partilha do continente africano, apropriaram-se de enormes reservas minerais. Por exemplo, temos a extração de diamantes na África do Sul, ocasionando diversos conflitos locais. Outro exemplo importante de destaque é a causada pela extração do coltan (fotografia 7) na República Democrática do Congo, que possui as maiores reservas mundiais, chegando a contar com 75% delas em seu território. O coltan é onipresente em produtos eletrônicos como playstations, celulares, computadores, tablets e outros produtos eletrônicos. A extração do Coltan tem como consequência a guerra no coração da República Democrática do Congo.



Fotografia 7. Mineiros abrindo uma nova mina em Biambwe, na República Democrática do Congo. GEMMA PARELLADA. Fonte: El País, 2016.

As riquezas vegetal e animal sustentaram o crescimento da população africana, pois a diversidade ambiental existente garantia a subsistência da caça, assim como o fornecimento de frutas, raízes comestíveis e, também, a matéria prima necessária para a fabricação de utensílios, vestimentas, abrigos, possibilitando que a população africana pudesse transformar as culturas agrícolas, desenvolvendo e aperfeiçoando sementes e técnicas de plantio, transformando, inclusive, variedades de plantas selvagens em novas espécies comestíveis.

Sem dúvida a domesticação e a criação de novas espécies mais significativas para o continente são o inhame e o dendezeiro, pois essas são fontes importantes de alimentação. Somadas à diversidade na fauna e flora, o fogo possibilitou com que as populações africanas dessem um salto do ponto de vista alimentar, de fundição e aumentou a segurança dos seres humanos. Até aqui podemos perceber que as riquezas vegetais e animais desempenharam um papel importante na evolução no continente africano, pois provia a população com abundantes reservas de frutas, tubérculos, caça e pesca nos rios e mares. O incremento dos recursos alimentares favoreceu o crescimento regular da população, fornecendo maior segurança para a consolidação de entidades sociopolíticas organizadas. O cultivo de ervas utilizadas para as diversas medicinas e processos ritualísticos foram extremamente importantes para a construção da saúde integral da população.

Por exemplo, o Nkisi, divindade presente na espiritualidade banto, é traduzido muitas vezes como medicina, significando, portanto, que o culto aos diversos Nkisis era a fonte primordial de cura integral do ser. Os Bakongo, do tronco bantu, entendem a existência de forma integral, sem a separação ocidental entre o corpo, a mente e o espírito, como pode ser visto no **Cosmograma Bakongo**.



O Cosmograma Bakongo representa a compreensão Bakongo do mundo, engloba de maneira indissociável o mundo dos vivos e o mundo espiritual, orientando as estruturas de todas as dimensões da vida individual e comunitária do povo Bakongo.

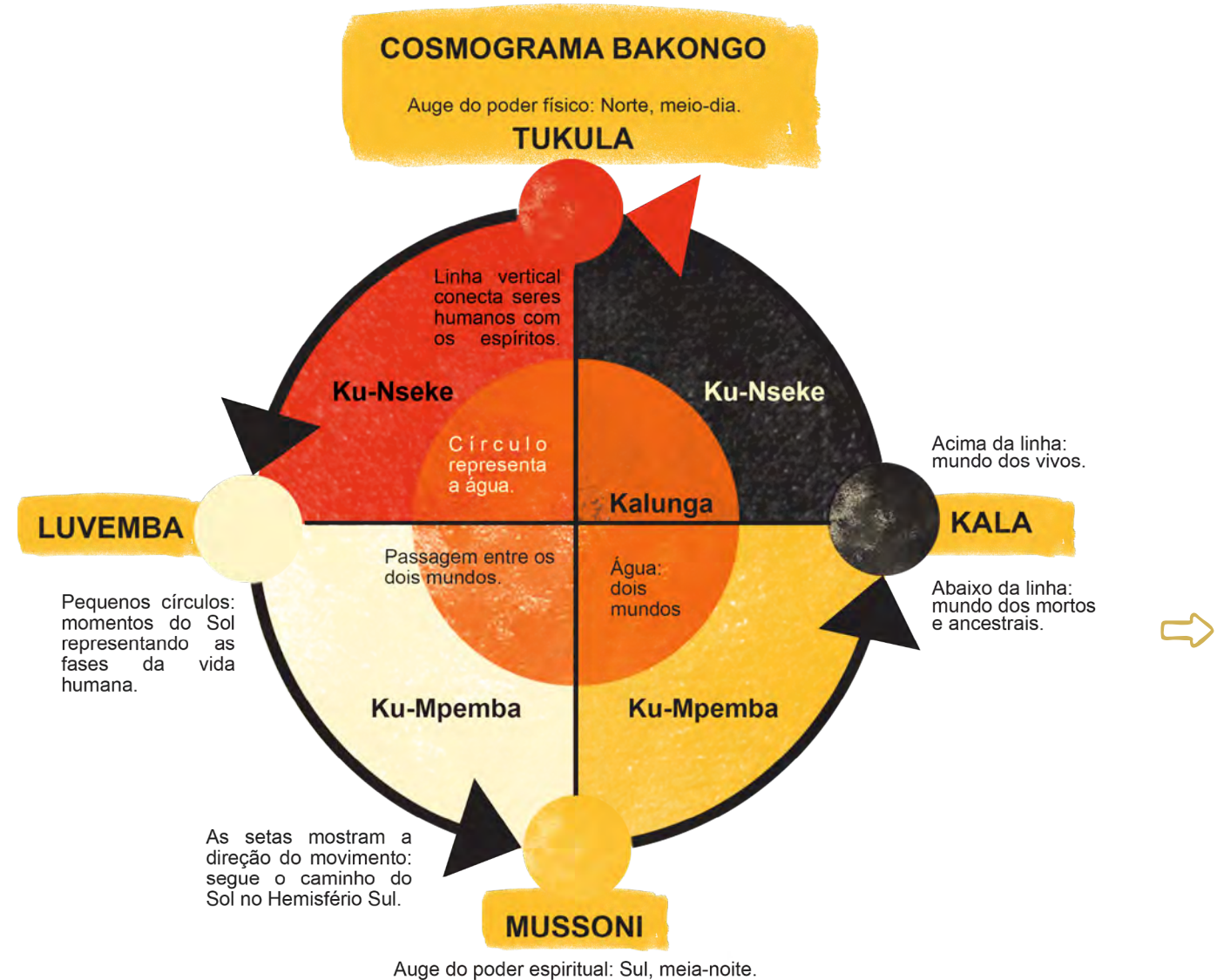


Figura 4. Informação sobre o Cosmograma Bakongo.

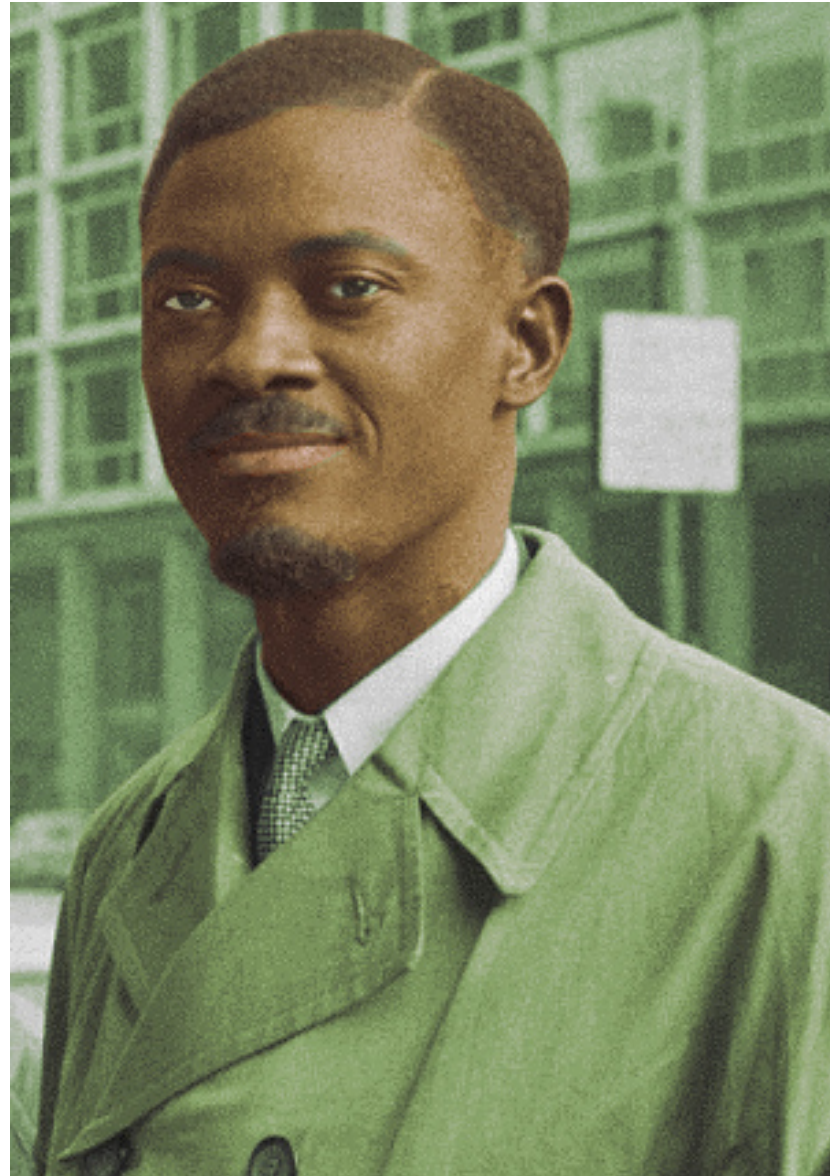
Outro fator importante para a consolidação das sociedades africanas foi a existência de reservas de águas, tanto no que diz respeito à mobilidade humana, quanto à consolidação de reinos e impérios por todo o continente. O povo banto, por exemplo, tem sua origem na fronteira entre o atual Camarões e a Nigéria e foi através dos rios existentes, com destaque para o Rio Congo, que

realizaram as suas diversas migrações, como pode ser vista na atual espacialidade banto que engloba boa parte da África Subsaariana (abaixo do Saara). Os fatores que levaram à migração banto vão desde o aumento da população, por conta da melhoria das condições de vida, em geral, até mesmo a necessidade de encontrar melhores recursos naturais. No curso do Rio Congo, a pesca também foi desenvolvida, bem como excursões pelo litoral do oceano atlântico.

A floresta do Congo é ocupada por diversos grupos banto, que nela desenvolveram a caça, a agricultura e a pecuária. Porém, além dos bantos, estavam presentes outros povos como é o caso dos Twa ou batwa, conhecidos por serem os médicos da floresta, esses eram responsáveis por abastecer diversos reinos e impérios com suas medicinas ancestrais, incluindo a população do Kemet (antigo Egito).

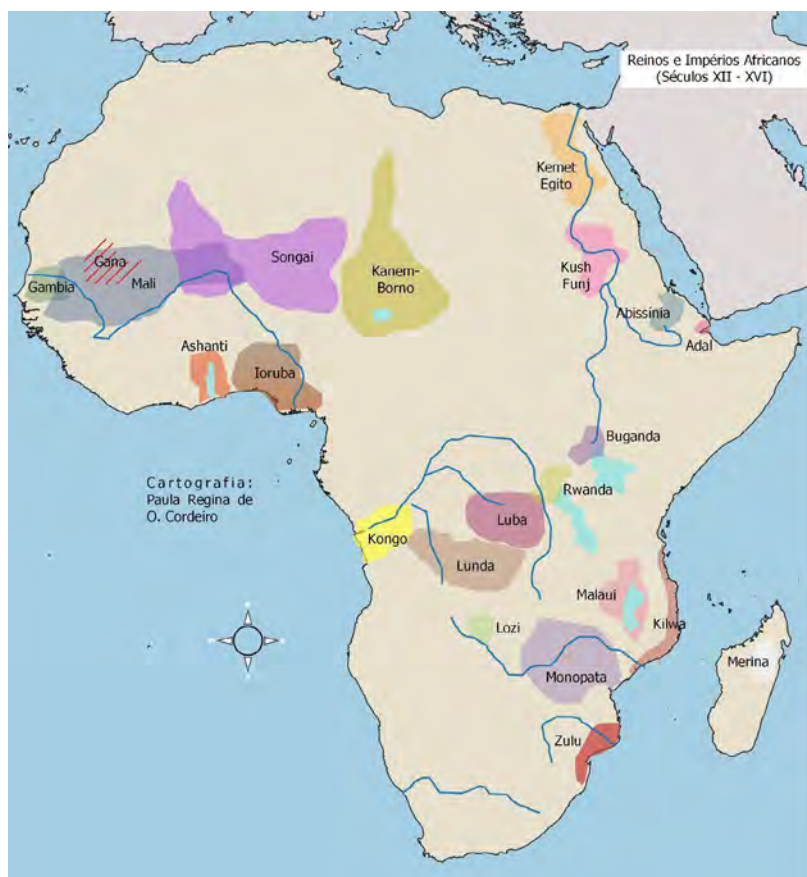
Os Twa e as populações dos reinos Luba, Baluba e Congo que habitavam a floresta do Congo foram perseguidos e escravizados nos séculos XV e XIX, porém durante o século XIX no contexto da colonização Belga, iniciada quando o rei belga Leopoldo II criou entrepostos comerciais no curso do rio Congo, renomeando essa região de Congo Belga. A colonização imperialista de Leopoldo, sustentada no racismo e no genocídio das populações locais, é considerada uma das mais perversas da história Belga, devido às práticas de decapitação, estupro e do assassinato em massa das populações.

A dominação colonial belga teve fim quando a população, com forte liderança de Patrice Lumumba (fotografia 8), inicia, nos anos 1950, o movimento nacionalista para a independência. Atualmente boa parte do que foi os reinos Luba, Baluba e Congo e, posteriormente, o Congo Belga denomina-se República Democrática do Congo. Apesar da independência, a Floresta do Congo ainda continua sendo explorada por empresas transnacionais. O impacto já pode ser percebido com a extinção de diversas espécies de animais e vegetais, além do constante ataque aos territórios das populações que tradicionalmente os ocupam.



Fotografia 8. Patrice Lumumba. Fonte: Creative Commons.

Essa realidade, infelizmente, acontece em todo o continente africano. Nos locais onde a existência da água era constante, estabeleceram-se diversos reinos e impérios no continente africano. O mapa destaca algumas organizações sociopolíticas presentes no continente africano do século XII ao XVI (mapa 4).



Mapa 4. Mapa dos Reinos e Impérios africanos. Fonte: História Geral da África, 2010

No capítulo 2, iremos aprofundar o estudo no que diz respeito às diferentes fronteiras e limites criados por essas organizações ao longo do tempo, considerando a geopolítica de cada período histórico. Atualmente, o continente africano possui cinquenta e quatro (54) países, sendo que 48 destes estão localizados no continente e 6 são insulares, ou seja, são países localizados em ilhas.

A atual geografia da África revela um continente que ainda possui abundância de riquezas naturais, utilizada pela população para os diversos fins, incluindo os religiosos e medicinais, apesar do passado colonial recente que contribuiu para criar uma situação em que essa riqueza foi explorada e exportada para atender a demanda crescente por matéria-prima de outras sociedades.

Ao final desse capítulo, ressaltamos o que nos ensina o geógrafo Akin Mabogunje: “a natureza não determina nem o destino de um povo nem sua trajetória. Não coage; no máximo, influencia. Os povos, bem como os indivíduos, sempre foram e continuarão sendo os arquitetos de seu próprio destino” (MABOGUNJE, 2010, p.384).



Para exercitar o aprendizado

- Que a África é um continente rico e exuberante ambientalmente vocês já sabem. Pesquise mais sobre o continente e dê exemplos de duas importantes vegetações existentes no continente, não esqueçam de fazer a relação com o clima local.
- O que você pode aprender sobre localização neste capítulo? Volte nos mapas e leia a rosa dos ventos, depois venha aqui e escreva quais os nomes que aparecem no texto para as localizações Norte, Sul, Leste e Oeste.
- Como você percebeu a relação entre a natureza e a sociedade na África?
- Pesquise outros países que passaram por processos de independência, apresente dois aqui.



Expectativa de aprendizagem:

- Vegetações possíveis de serem pesquisadas: Savanas, vegetação mediterrânea, vegetação desértica, floresta equatorial.
- Ocidental, Oriental, entre outros
- A relação entre sociedade e natureza aparece de forma não dicotômica, porém com a colonização há a apropriação das riquezas naturais para interesses exógenos ao continente africano.
- No capítulo 4, podem ser encontrados os países.

CAPÍTULO 2

FRONTEIRAS E MIGRAÇÕES DO CONTINENTE AFRICANO



FRONTEIRAS
AFRICANAS

FRONTEIRAS E MIGRAÇÕES DO CONTINENTE AFRICANO

A questão das fronteiras e das migrações no continente africano é algo que desperta o interesse de muitas pessoas. Nesse capítulo nós vamos aprender mais sobre a organização espacial africana. Vamos nessa?

← 2.1 FRONTEIRAS PRÉ-COLONIAIS NA ÁFRICA →

Como percebemos no capítulo 1, a África é um continente que atualmente está dividido em cinquenta e quatro (54) países, sendo que 48 desses estão localizados no continente e 6 são insulares, ou seja, estão localizados em ilhas, porém nem sempre foi assim.

Há uma crença de que antes da colonização, a África não possuía fronteiras. No entanto, a noção de fronteira já estava presente na territorialidade africana, pois, no continente, já se encontravam a organização política e a constituição social a partir de alguns cultos religiosos, divisões regionais, alianças políticas e zonas de comercialização, todas essas possuíam, reafirmo, uma clara dimensão espacial. As fronteiras africanas são estabelecidas pelas culturas, ou seja, são nações-cultura.

As fronteiras do continente africano eram protegidas por dois oceanos, por um deserto e um litoral não hospitaleiro para os de fora. Porém, esse isolamento territorial nunca foi completo, já

que existia o contato entre a África Central e o sul da Ásia, assim como houve a influência do extremo norte da África do mundo mediterrâneo (ANJOS, 2006).

Além disso, o continente africano deu suporte político, intelectual, econômico e cultural para a formação por pelo menos mil anos dos Estados Árabes.

No que diz respeito às fronteiras internas, essas se davam pela existência de múltiplas organizações territoriais. O Império do Mali, por exemplo, abrangia um território de dimensões superiores ao do Império Romano. O fato é que, na maioria dos casos, o estado político no continente africano que prevalecia era a monarquia. Essa monarquia era estabelecida a partir do ordenamento espiritual, já que a pessoa do monarca não era necessariamente uma divindade, mas incorporava o consentimento divino para a construção do bem-estar do seu povo.

Outro fato que marca a organização espacial africana é a noção de propriedade coletiva da terra. A terra era um bem coletivo, de característica comunitária considerada indivisível e inalienável. Os bakongo, povo oriundo da bacia do Congo e de língua kikongo do grupo banto, por exemplo, acreditam que a terra pertencia aos bakulos (os ancestrais) e a população fazia uso desta através das orientações espirituais, oriundas das relações entre o mundo dos vivos e o mundo dos ancestrais ou mortos. O princípio da

terra como bem coletivo fazia com que nos estados africanos fosse encontrada a noção de coletividade do que nos estados contemporâneos na Europa ou no Oriente Médio.



Figura 5. Detalhe do Atlas Catalão, retratando o Mali e Mansa Musa (século XIV). Fonte: Biblioteca Nacional da França.

A descentralização do poder era também uma característica marcante dos estados africanos, pois a chefia ou o rei-monarca era considerado como aquele que regulava a distribuição da riqueza. Em Gana, por exemplo, o ouro em pedra pertencia ao rei, mas o ouro em pó era destinado ao povo. O soberano, no continente africano, acumulava riqueza e, da mesma forma, tinha como função distribuí-la, sua legitimidade era garantida dessa maneira, caso contrário sua função na sociedade era questionada pelos diversos conselhos existentes no interior de suas fronteiras. Há um episódio em que o imperador do Mali Mansa Musa vai à Meca e distribui ouro para a população. Esse ato demonstra a noção distributiva presente no estado africano. A representação cartográfica (figura 5) mostra Mansa Musa com uma pedra de ouro nas mãos. As fronteiras do Império do Mali abrigavam uma das primeiras universidades do mundo, localizada na cidade

de Tombuctu; a Universidade de Tombuctu, até hoje, é um centro de referência de fontes para os diversos estudos.

Outra característica marcante do continente africano é o fato de, nas sociedades agrícolas, o papel da mulher na produção da vida social, econômica e política possuir grande destaque. Muitas sociedades tradicionais africanas são matrilineares, como nos diz Cheikh Anta Diop, ou seja, a linhagem familiar é organizada tendo como referência a mulher e, predominantemente, a mãe. Aqui há uma partilha de responsabilidades e de direitos entre a população feminina e a masculina. A mulher, ao contrário do que acontecia nas sociedades ocidentais, goza de direitos sociais, econômicos, políticos e espirituais desde os tempos imemoriais, com destaque ao seu papel fundamental na sucessão real, no exercício do poder e na herança de bens materiais.

São várias as mulheres soberanas no antigo Egito, a mais famosa delas era Hatsheput (fotografia 9), ela assumia todas as funções de chefia do estado. Outras mulheres eram soberanas em igualdade com seus maridos, como Tiye e Nefertiti.



Fotografia 9. Hatsheput.
Fonte: Creative Commons.

Quer saber mais sobre as universidades mais antigas do mundo? Assista ao vídeo: [Universidades Africanas: as mais antigas do mundo](#), em: [Universidades Africanas: as mais Antigas do Mundo | Mwana Afrika Oficina Cultural](#)



Ao Sul do Kemet, existia uma região importante, a Núbia. As fronteiras desses reinos eram estabelecidas de forma clara, o que não impossibilitava trocas e relações comerciais entre esses. Em alguns períodos históricos, existiram reinados únicos entre esses, o que ocasionava a alteração de fronteiras. As características da organização política desses reinos eram muito parecidas, incluindo o papel das mulheres. Na Núbia existiu a linhagem das rainhas Kentakes ou Candaces (fotografia 10), que durou 600 anos, liderando o povo na administração pública e militar da nação por direito próprio e não na qualidade de esposas.



Fotografia 10. Candace. Fonte: Creative Commons.

Outras mulheres têm destaque na geopolítica africana, são elas: a Rainha N'Zinga, que governou o reino de Matamba; Asantewaa, soberana de Gana; Beatriz Kimpavita do Congo; Moremi de Oyó, na atual Nigéria; Deolinda Rodrigues de Angola; Margaret Kenyatta do Quênia; Funmilayo Ransome-Kuti da Nigéria; Aoua Kéita do Mali; Jeane Martin Cissé da Guiné. Há alguns agrupamentos de mulheres com papéis estratégicos na defesa militar das fronteiras e dos territórios, com destaque para as ahoosi ou mino, exército feminino do Reino do Daomé, atual Benim (fotografia 11).



Fotografia 11. Ahoosi. Fonte: Creative Commons.

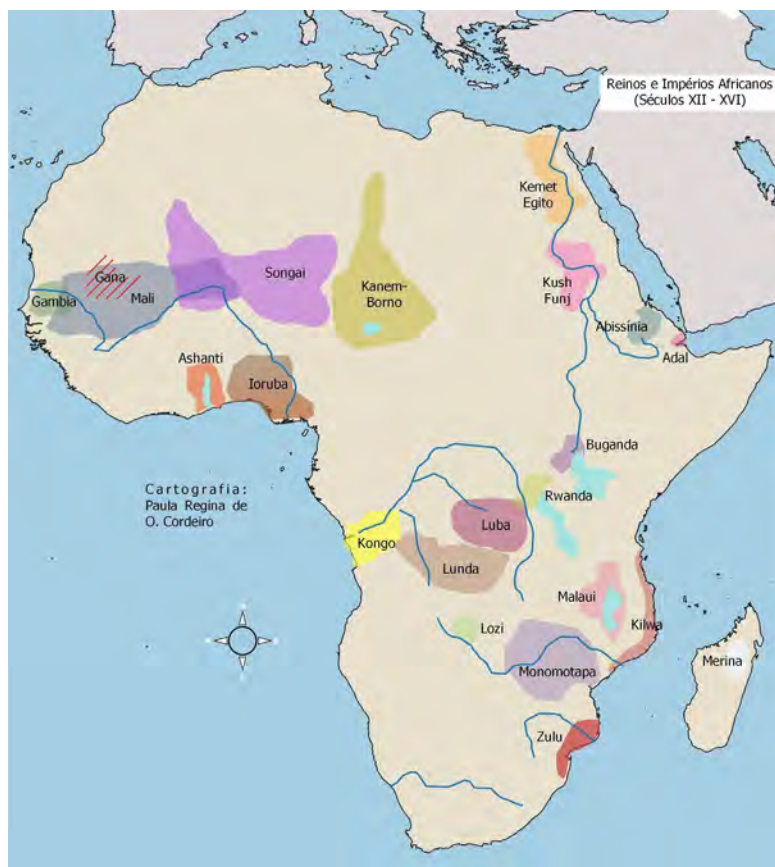
As mulheres também são consideradas importantes em todo o período da história africana pré-colonial e colonial, pois, apesar dos ataques dos sistemas patriarcais do islamismo e da Europa, essas foram importantes frentes de resistência.

Um estudo realizado por Wolfgang Dopcke aponta que no Zimbábue pré-colonial não só existiam fronteiras, mas essas eram também importantes para a organização social da população. Essas fronteiras eram definidas de forma política e delimitavam o domínio da chefia e das pessoas que ocupavam o território. Isso acontecia independentemente de identificações de parentesco, na qual a identidade comum era construída.

As chefias pré-coloniais e os territórios menores, conhecidos como *dunhu*, possuíam fronteiras claramente delimitadas e nomes próprios que os identificavam. É preciso destacar que as fronteiras de um *dunhu* eram delimitadas através de vários critérios, incluindo, por vezes, características naturais como rios ou montanhas.

Até mesmo no período pré-banto, os grupos de caçadores e coletores exerciam suas atividades em territórios claramente definidos e delimitados, protegendo-os contra invasões. Além disso, existiam chefias e impérios pré-coloniais, como Mwene Mutapo, que caracterizavam-se a partir de fronteiras bem definidas.

Existem fortes indícios de que as fronteiras que existiam na África pré-colonial (mapa 5) exerceram um papel relevante na vida das comunidades que as habitavam. As fronteiras pré-coloniais eram sujeitas a mudanças a partir da dinâmica das sociedades, principalmente quando ocorriam conquistas, catástrofes ambientais, fissões ou fusões das chefias. As fronteiras pré-coloniais eram reorganizadas, também, por meio da expansão de determinado território sobre outro, já que possuir mais população era um ideal almejado pelas civilizações africanas.



Mapa 5. Reinos e Impérios africanos. Fonte: História Geral da África, 2010.

O Império Mwene Mutapo (conhecido também como Monomotapa) estava localizado entre o planalto do Zimbábue e o Oceano Índico, com extensão indo provavelmente do sul do

rio Zambeze até o rio Limpopo. A riqueza desse Estado africano (fotografia 12) girava em torno do controle e comércio da metalurgia do ferro e do ouro. D. Beach sugere uma divisão da territorialidade estatal Mwene Mutapo da seguinte forma: “a) o estado nuclear; b) uma zona constituída por chefias que tinham que dar tributos, mas que mantiveram uma certa independência; c) uma zona que regularmente era sujeita a saques (*raids*) violentos.” (DOPCKE, 2011, p.92).



Fotografia 12. Ruínas da Muralha do Grande Zimbábue, capital de Mwene Mutapo. Fonte: El País, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/44zsLsL>.

As fronteiras Mwene Mutapo eram reconhecidas pelos diversos povos fronteiriços. Havia uma forte relação entre os habitantes de Mwene Mutapo e de outras organizações socioespaciais, como os Ndebele ou os Shonas.

O FATO AQUI É QUE O CONTINENTE AFRICANO POSSUÍA FRONTEIRAS ESTABELECIDAS A PARTIR DA DINÂMICA INTERNA PRÓPRIA AO MESMO. MAS O QUE LEVOU A ATUAL DIVISÃO FRONTEIRIÇA DOS PAÍSES AFRICANOS?

Como vimos, povos árabes, chineses, indianos e outros povos do Oriente mantinham relações comerciais seculares com os povos africanos. Rafael Sanzio dos Anjos nos diz que, com essas relações, as “estruturas sociais mesclaram-se sem provocar rupturas violentas nas sociedades africanas” (ANJOS, 2006, p.342). No entanto, é com o contato com os povos europeus que tais estruturas começam a apresentar rupturas.

AFINAL DE CONTAS, QUAL ERA O REAL INTERESSE DOS POVOS EUROPEUS SOBRE O CONTINENTE AFRICANO?

Apesar das teorias de cunho racista sobre a incapacidade do povo africano, justificando para a isso que o clima tropical limitaria as realizações humanas, os europeus se voltaram para a África, justamente, pelo importante avanço técnico, científico, cultural e intelectual existente nos territórios africanos, manifestado através da “tradição dos povos africanos de bons agricultores, ferreiros, construtores, mineradores e detentores das mais avançadas tecnologias dos trópicos” (ANJOS, 2006, p. 342). Afinal, por que os povos europeus iriam invadir um território que não os fosse proporcionar lucro?

Você sabia que:
Os antigos egípcios eram grandes construtores?



“A embarcação mais antiga foi construída no antigo Egito. Essas e outras técnicas foram ensinadas a diversos povos africanos subsaarianos. Os navios construídos no Egipto Antigo eram tão eficientes que alguns pesquisadores percorrerem rotas embarcações da época” Fonte: BBC.

Outro fator importante destacado por Rafael Sanzio dos Anjos é que com a substituição do indígena pelo africano no sistema escravista, era a que, ao trocar no continente africano os produtos manufaturados por homens que se tornaram cativos na América “as classes dominantes das metrópoles da Europa apropriaram-se mais facilmente das riquezas produzidas no Brasil” (ANJOS, 2006, p.342).

Essa geopolítica da diáspora africana legou para o continente africano a desestruturação dos antigos Estados do continente. Assim, dos séculos XVI ao XIX, o continente africano foi responsável por sustentar a consolidação da Europa moderna, tudo isso ao custo da desorganização e destruição dos Estados soberanos africanos.

2.2 A PARTILHA DO CONTINENTE AFRICANO E A CONSTITUIÇÃO DAS FRONTEIRAS MODERNAS

O continente africano, que se constituía como um território soberano, passou a ser cobiçado com maior intensidade a partir de 1890, na época colonial. Segundo os estudos de Wolfgang Dopcke, três processos alteram as dinâmicas de organização interna das fronteiras na África. O primeiro está relacionado ao fechamento das fronteiras, o segundo à formação de novos tipos de fronteira e delimitação e o terceiro ao surgimento de fronteiras de caráter ‘multidimensional’. Essas mudanças fazem parte do processo de transformação interna ao continente africano, fortemente influenciado pelos países colonialistas, desde a época colonial, com consequências estendidas até os dias atuais. Esse processo ficou conhecido como a partilha da África.

Até fins do século XVIII, a interferência externa, no continente africano, se dava majoritariamente a partir das relações comerciais estabelecidas com a costa da África Subsaariana (mapa 6), através da compra de escravizados para as Américas e de outras negociações comerciais entre os povos africanos e os povos advindos de outros continentes.



Mapa 6. África Saariana e Subsaariana.

Ao final do século XVIII, só havia soberania estrangeira em alguns locais da costa, como Angola e Moçambique, sob a dominação portuguesa; Gâmbia, sob dominação britânica, e Senegal, sob dominação francesa. No entanto, a situação começa a ser alterada entre os decênios de 1870 a 1880 e inicia-se a partir da valorização da África Subsaariana. As recentes descobertas do diamante no Transvaal (na África do Sul), em 1867, o ouro no Rand em 1881 e do cobre na Rodésia (atual Zimbábue) despertaram o interesse dos países colonizadores. A partir de então, diversas caravanas foram organizadas com finalidade de colonizar o interior do continente, na busca por riquezas. Foram enviados técnicos e aventureiros para essa finalidade. Algumas obras de engenharia foram propostas nesse período, incluindo, aqui,

projetos hidráulicos e ferroviários, para que a riqueza da África Subsaariana pudesse ser escoada pelos portos já existentes ou projetados na costa do continente.



Mapa 7. África Central. Fonte: Heywood, 2008.

Sem dúvida, o olhar mais atento ao Congo atraiu a cobiça dos europeus. Esse fato é inesperado, já que a bacia do Congo (mapa 7) era considerada de difícil acesso, impossibilitando que os navios fossem além do estuário, por conta do desconhecimento do curso e dos numerosos afluentes do rio Congo. As populações do interior da bacia também eram hostis à presença dos brancos, detendo as caravanas em diversas situações.

O fato é que o interesse pelo interior do Congo se intensifica e, em 1876, Leopoldo II, então rei da Bélgica, reuniu, em seu palácio de Bruxelas, uma conferência internacional de Geografia com o objetivo de “abrir à civilização a única parte de nosso globo em que ela não havia ainda penetrado... conferenciar para acertar o passo, combinar os esforços, tirar partido de todos os recursos, de evitar a duplicação de trabalhos” (BRUNSCHWING, 2004, p.30).

Essa conferência reuniu diversos exploradores e as grandes sociedades geográficas da época e fundaram a Associação Internacional Africana, gerando fundos para criar operações em diversos pontos da África Central. Leopoldo II criou, ainda, o Comitê de Estudos do Alto Congo, com intenções comerciais.

Leopoldo II agia não enquanto soberano Belga, mas a partir de interesses privados, almejando a criação de um Estado africano novo, cujo chefe seria o Comitê de Estudos do Alto Congo, ou seja, o próprio Leopoldo II. Esse fato faz com que Portugal inquiete-se, já que esse país reivindica direitos de prioridade histórica para a colonização dessa região. A justificativa ancorava-se no fato de que Portugal já estabelecia relações com o Reino do Congo desde o século XVI.



Figura 6. Conferência de Berlim, 1884. Fonte: deutsche-schutzgebiete.de

Esse não foi o único conflito entre os países imperialistas da Europa interessados na África Central, gerando reuniões e tratados entre os países que afirmaram a necessidade do livre comércio. O príncipe Bismarck, da Alemanha, convocou uma Conferência em 1884, conhecida como Conferência de Berlim (figura 6). Você já deve ter visto a imagem de Bismarck sentado à cabeceira de uma mesa de ferro com representantes dos Estados europeus observando o mapa da África de Kiepert. Essa imagem simboliza a abertura da Conferência em 15 de novembro de 1884.

A Conferência de Berlim é superestimada, pois, apesar de ter reunido alguns diplomatas dos países imperialistas, não delimitou ou criou as fronteiras dos países africanos atuais, muito menos estabeleceu diretrizes para a partilha da África. No entanto, a Conferência não ficou sem impacto, pois ela popularizou a ideia da colonização do continente africano junto à opinião pública, acelerando a corrida pela África. Um dos princípios oriundos da Conferência de Berlim, apesar de não ter sido inventado por essa, foi o da ocupação efetiva. Na Conferência, esse princípio afirmava que nenhuma potência colonial poderia reivindicar um território sem efetivamente possuir o controle do mesmo, de modo que esse princípio foi destinado às áreas de costa, porém, posteriormente, esse princípio estendeu-se ao interior do continente bem como aos seus protetorados.

O princípio da ocupação efetiva foi utilizado de forma a reforçar os domínios dos países colonialistas que conseguiram impor, pela força bélica, seus desejos expansionistas sobre os territórios de outros países de menor força bélica, como foi o caso da disputa entre a Grã-Bretanha e Portugal em 1890, sobre a limitação fronteiriça entre Moçambique e os territórios britânicos da África Central (Malawi Rodésia do Sul). Nesse caso, Portugal foi humilhado, cedendo porções do território à Grã-Bretanha.

Como estamos vendo, a Conferência de Berlim não realizou a Partilha da África nem estabeleceu regras definitivas para a Partilha. Mas, então, como e quando essas fronteiras foram estabelecidas?



Mapa 8. Mapa da partilha da África. Fonte: História Geral da África, 2010.

A maioria das fronteiras (mapa 8) foi estabelecida consensualmente em acordos bilaterais após a Conferência de Berlim, sendo concluídos na década de 1890. Alguns acordos devem ser destacados, são eles: os germano-britânicos de 1886, sobre a África Ocidental e 1890, denominado Acordo Helgolândia-

Zanzibar; o acordo anglo-italiano em 1891; o acordo franco-luso em 1886; o acordo anglo-luso em 1890; a Convenção da Nigéria sobre o Oeste da África e a Convenção franco-britânica em 1898 sobre o Egito e o Sudão. Os territórios foram delimitados e demarcados posteriormente a esses acordos, estendendo-se até as primeiras décadas do século XX. Algumas fronteiras, no entanto, não foram demarcadas, o que provocou, no período pós-colonial, divergências, levando a tensões entre os Estados africanos.

As linhas retas presentes no continente africano foram assim se conformando, resultando tanto dos pactos coloniais como também frutos de um processo político que ocorreu, principalmente, entre os anos de 1956 e 1963, a partir das relações entre as novas elites africanas e as potências coloniais.

O que mudou com as fronteiras estabelecidas através dos acordos em relação às existentes anteriormente ao período colonial? Uma mudança fundamental foi a transformação das fronteiras permeáveis a fluxos migratórios em rígidos instrumentos de delimitação, discriminação e exclusão durante o colonialismo. A migração como a dos banto que a partir de sua origem na região localizada entre os atuais países da Nigéria e Camarões se espalharam e ocuparam desde a floresta equatorial da África, atravessando o sul e o sudeste da Bacia do Congo até as pradarias da África Central, assim como a região dos Grandes Lagos, os planaltos, as savanas e a costa da África Oriental, e as estepes, pradarias, savanas e matas da África Austral, provavelmente não seria realizada com as fronteiras coloniais. Existiam, inclusive, fronteiras internas, típicas dos regimes segregacionistas como o apartheid imposto na África do Sul pelo regime colonial britânico entre os anos de 1948 e 1991. Após a posse de Nelson Mandela como presidente da África do Sul e da luta política sob a liderança de Winnie Mandela (fotografia 13), conhecida como a “mãe da nova África do Sul”, foram estabelecidas ações afirmativas para acabar com a discriminação ainda existente no país.



Fotografia 13. Winnie Mandela e Nelson Mandela. Fonte: G1, 2008.

As linhas fronteiriças entre os Estados africanos foram alvo de diversos processos contestatórios com perspectivas diferentes. Existia a perspectiva dos nacionalistas, que contestaram a delimitação fronteiriça colonial como algo contrário aos interesses da população local, já que muitas vezes essa era etnicamente dividida por fronteiras dos Estados, como foi os casos de Marrocos, Somália, dos Ewe de Gana e Togo. Havia também a perspectiva que lutava em favor da preservação das federações coloniais francesas na África, como a África Ocidental Francesa e a África Equatorial Francesa, aqui tentava-se não dividir essas regiões em Estados separados. Existia também a perspectiva oriunda da tradição pan-africanista de unidade africana, representada no continente principalmente por Kwame Nkrumah (figura 7), inspirado fortemente no nacionalismo negro de Marcus Mosiah Garvey. Aqui há a proposta de superação da divisão política do continente em favor da união dos estados africanos, na qual as fronteiras só teriam a função administrativa.

QUEM FOI KWAME NKRUMAH?



Fonte: Creative Commons

Expoente do pan-africanismo no continente africano, foi líder do processo que resultou na independência de Gana em 1957 e fundador da Organização da Unidade Africana.

Figura 7. Quem foi Kwame Nkrumah. Fonte: Creative Commons. Elaboração: Paula R. Cordeiro.

O fato é que após as independências dos Estados africanos, processo conhecido como descolonização da África, as fronteiras foram se consolidando cada vez mais, conformando a divisão territorial existente atualmente, conforme você pode ver no mapa (mapa 9).



Mapa 9. Mapa das fronteiras dos países africanos

2.3 AS ATUAIS MIGRAÇÕES NO CONTINENTE AFRICANO

A atual situação geopolítica é marcada pelo recente processo de descolonização do continente africano. Iniciada na metade do século XX, a descolonização ainda atua como processo no continente, esse fato pode ser comprovado tanto pela ainda existência de países dependentes de uma metrópole tanto pela recente independência do Sudão do Sul em 2011, no qual a antiga fronteira do Sudão foi dividida em dois territórios: o Sudão e o Sudão do Sul. Dos 54 países existentes no continente, 53 são independentes.

Esse cenário de conformação de Estados Nacionais Modernos a partir da tentativa de superação do passado colonial recente ocasiona diversas fragilidades aos países africanos. Destacamos que há dependência da economia e política africana aos antigos países colonialistas. Os países colonialistas atuam no continente africano na atualidade de diversas formas: uma delas é via o controle da riqueza natural por empresas privadas estrangeiras.



Fotografia 14. Descarte impróprio de petróleo na Nigéria. Fonte: DW.

A Nigéria possui a maior área de manguezal da África, localizada, em sua maioria, no Delta do rio Níger, com 11.700 km² de florestas pantaneiras que abrigam várias espécies de flora e fauna. Porém, a Nigéria é também a maior produtora de petróleo da África. A exploração de petróleo nigeriano por empresas transnacionais está contribuindo para a destruição da biodiversidade (fotografia 14) e, também, conforme o Boletim nº 56 do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, ou *World Rainforest Movement* (WRM), com a violação dos direitos humanos das comunidades locais, através do espalhamento de conflitos e mortes no local. Um relatório produzido pela Organização das Nações Unidas (ONU) aponta que a Nigéria é palco de um dos maiores desastres ecológicos do mundo por contaminação de petróleo. Esse mesmo relatório aponta que serão necessários 30 anos para que a região Ogoni, por exemplo, passe por um processo de desconta-

minação. Um exemplo do impacto da exploração de Petróleo na Nigéria foi a Guerra de Biafra entre os anos de 1967 e 1970, que provocou um dos maiores genocídios do continente, até hoje não se sabe, com precisão, o número de vítimas da violência.

Apesar de ter se tornado independente da Inglaterra em 1960, a Nigéria passou por períodos de instabilidade política, a democracia foi restabelecida em 1999, com fortes dissidências internas existentes até o momento. Apesar de abrigar uma diversidade cultural magnífica, com a presença de organizações religiosas de ressonância na diáspora brasileira, como o culto aos Orixás (fotografia 15), a Nigéria vive diversos conflitos no seu território. Além dos conflitos ambientais, a migração forçada dos nigerianos se intensifica em 2014 com a ascensão e ataques do grupo Boko Haram no nordeste da Nigéria. A complexidade da crise migratória na Nigéria já deslocou, pelo menos, 3,2 milhões de pessoas, incluindo mais de 2,9 milhões de pessoas deslocadas internamente, mais de 684.000 deslocados internos nos Camarões, Chade e Níger e 304.000 refugiados nos quatro países, segundo informações da Agência da ONU para Refugiados.



Fotografia 15. Religiosidade na Nigéria. Fonte: Creative Commons.

No entanto, a migração ocasionada pelos conflitos internos ao continente, ocasionados pela forte herança colonial, não está presente apenas na Nigéria. Estimativas apontam que a Europa

recebeu 1 milhão de imigrantes da África Subsaariana desde de 2020. O relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, de 2019, revela que a migração africana possui fortes vínculos com a concentração de riquezas e terras, o passado colonial e a expropriação dos territórios africanos.

As condições em que essas migrações ocorrem são as piores possíveis, os africanos se arriscam por terra ou pelo mar a travessias arriscadas (fotografia 16). A tragédia de Lampedusa, em outubro de 2013, quando cerca de 360 pessoas morreram em um naufrágio no Mar mediterrâneo, na tentativa de chegar à costa europeia, é um dos exemplos das péssimas condições enfrentadas pelos africanos. A Organização Internacional para Migração (OIM) apontou que, em 2017, o naufrágio em precárias embarcações foi a principal causa das 5.136 mortes registradas.



Fotografia 16. Refugiados africanos são resgatados no mar Mediterrâneo. Foto: Giorgos Moutafis / AP. Fonte: O Globo, 2016.

Mar mediterrâneo, na tentativa de chegar à costa europeia, é um dos exemplos das péssimas condições enfrentadas pelos africanos. A Organização Internacional para Migração (OIM) apontou que, em 2017, o naufrágio em precárias embarcações foi a principal causa das 5.136 mortes registradas.

A migração forçada também ocorre nas fronteiras internas do continente africano, como é o caso do deslocamento de pessoas oriundas da República Centro-Africana (RCA). Em 2013 iniciou-se, na RCA,

uma guerra civil com enormes proporções. Após o fim da guerra, o país passou por um período de relativa calma, encerrando, em 2016, com novas tensões entre os grupos armados, que já chegaram a controlar 70% do país. Os países fronteiriços, como Camarões, Chade, República Democrática do Congo e Congo, são os locais de destino dos refugiados. Em 2013, existiam cerca de 632.108 refugiados nesses países. Além dos refugiados, cerca de 630.834 pessoas foram obrigadas a fugir para áreas de florestas na RCA.



Fotografia 17. Combatentes das Forças Democráticas da Libertação de Ruanda (FDLR). Fonte: DW, 2014.

Outras situações de deslocamentos ocorridos no interior do continente africano podem ser observadas a partir das fronteiras de Ruanda e da República Democrática do Congo (fotografia 17). Com o fim do conflito de Ruanda, os hutus que praticaram o genocídio, com medo do revanchismo tutsi, fugiram em direção à República Democrática do Congo, onde foram inseridos no exército congolês com as mesmas patentes militares que detinham em Ruanda durante o massacre.

Ao entrarem no Congo pelo Leste, numa região chamada Kivu, os hutus praticaram outro genocídio ao executarem milhares de tutsi – que no Congo são conhecidos como “Bayaniamulengue” – e outro grande deslocamento de populações tutsi dentro da RDC e do continente africano. Se avaliarmos, veremos que, entre os anos 90 e 2000, as populações tutsi e hutus protagonizaram imensos deslocamentos populacionais na região centro-leste da África.

As situações econômica, política e social nas fronteiras dos países africanos, com forte influência de empresas transnacionais e governos estrangeiros, como vimos, têm ocasionado boa parte dessas migrações. Outra consequência para a vida dos africanos migrantes é a xenofobia encontrada em boa parte dos países da Europa. A xenofobia é o preconceito exercido sobre os migrantes, exercido pela população do país de destino. A xenofobia, no caso africano, tem fortes conotações raciais e, como reflexo do racismo, os migrantes sofrem diversos tipos de violações, que se inicia desde o fechamento das fronteiras, como forma de barrar a entrada dos migrantes, mas, também, na chegada através de abusos por parte das forças militares, estupros, espancamentos, negação da cidadania e deportação aos antigos países.

Nossa jornada, até agora, demonstrou a riqueza do continente africano e, como seus processos políticos atuais, tem forte relação com o período colonialista. No próximo capítulo, iremos mergulhar sobre as organizações espaciais criadas pelos africanos no Brasil.



Para exercitar o aprendizado

- Descreva as principais características das fronteiras na África pré-colonial.
- Pesquise um pouco mais sobre os reinos do continente africano, sua organização interna do ponto de vista político, econômico e espiritual bem como sua localização. Descreva dois deles aqui.
- Descreva as principais características das fronteiras na África colonial e compare com as fronteiras anteriormente existentes.
- Como você compreende a questão das migrações no continente africano? Relacione com a situação exposta sobre as fronteiras coloniais bem como a herança do colonialismo.



Expectativa de aprendizagem

- São fronteiras orientadas a partir do interesse das populações locais. Observar o que foi descrito no texto para trazer mais elementos.
- Sugestões são: Reino do Ndongo e da Matamba, ambos localizados no atual país de Angola.
- São fronteiras orientadas a partir de relações assimétricas entre populações locais e os colonizadores. Observar o que foi descrito no texto para trazer mais elementos.
- Sugestão para resposta: observar o que foi descrito no texto para trazer elementos e realizar pesquisas sobre a situação migratória no continente.

CAPÍTULO 3

ORGANIZAÇÕES ESPACIAIS AFRICANAS NO BRASIL



BRASIL
AFRICANO

QUILOMBO DE
ALCANTARA

QUILOMBO
CABEZEIRAS

QUILOMBO
CONCEIÇÃO
DAS CRIOULAS

QUILOMBO RIO
DOS MACACOS

QUILOMBO DE
MARAMBAIA

ORGANIZAÇÕES ESPACIAIS AFRICANAS NO BRASIL

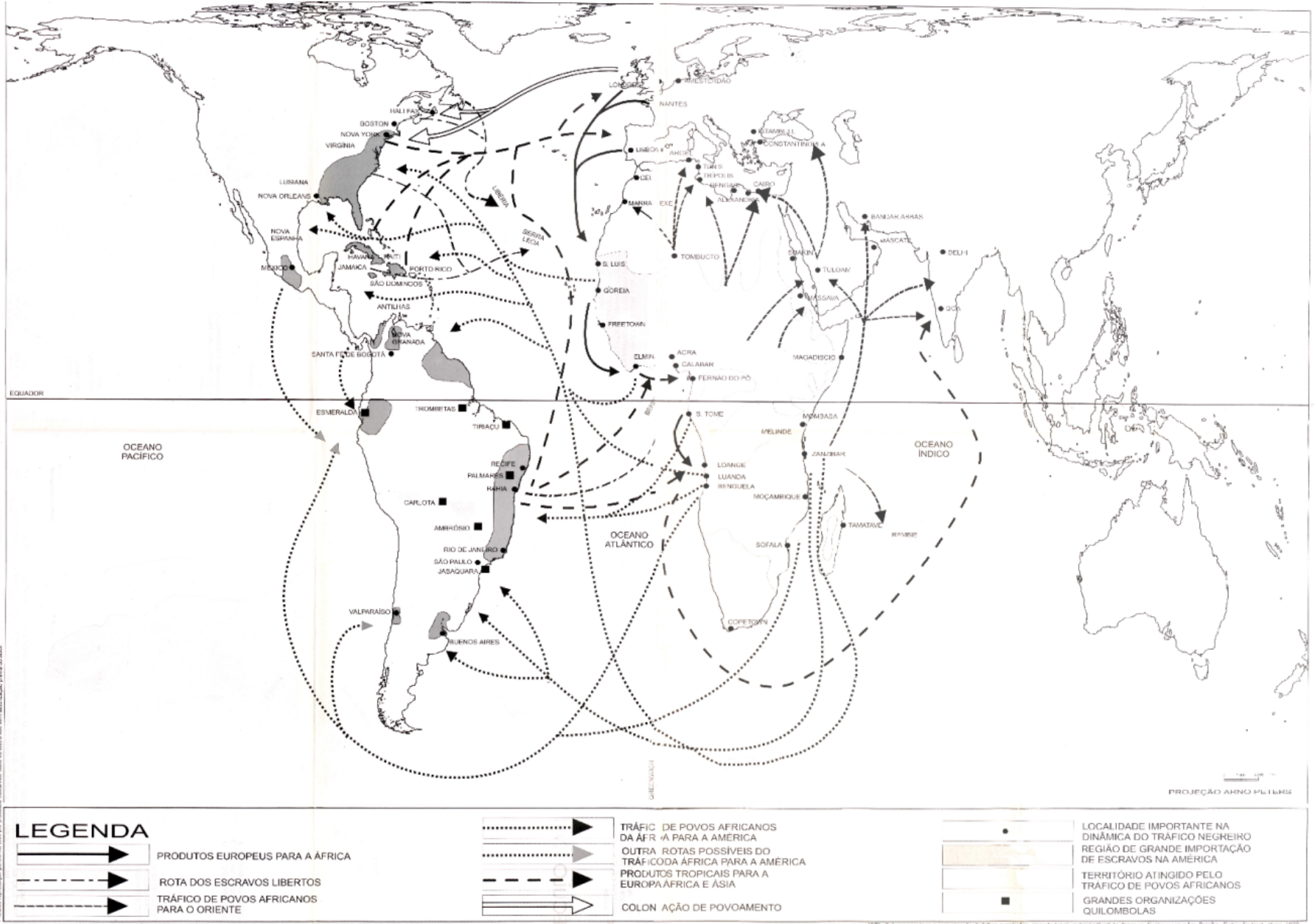
← APÓS CONHECERMOS ALGUNS ASPECTOS DO CONTINENTE AFRICANO, VAMOS ESTUDAR AS ORGANIZAÇÕES CRIADAS PELOS AFRICANOS NO BRASIL, ENTENDENDO DE QUE FORMA ESSES CRIARAM TAIS ORGANIZAÇÕES TERRITORIAIS CAPAZES DE GARANTIR A REPRODUÇÃO DA VIDA, MESMO ESTANDO INSERIDOS NO CONTEXTO DA ESCRAVIZAÇÃO.

No primeiro momento, vamos entender quem compõe a população africana no Brasil para, posteriormente, entendermos as organizações espaciais construídas por essa população. Vamos lá?

3.1 POPULAÇÕES AFRICANAS NO BRASIL

Os povos africanos desembarcaram no Brasil por meio do processo violento de importação forçada de cunho escravista calcada na ascensão do mundo moderno-colonial europeu (mapa 10). O continente africano tem, portanto, grande contribuição para a formação territorial brasileira. O geógrafo Rafael Sanzio dos Anjos (2009, p.4) afirma que: “O Brasil é a unidade política contemporânea que registra as maiores estatísticas de importação forçada ao longo dos séculos XVI a XIX”. Ainda segundo o autor, a expansão do continente europeu, que possuía dimensões reduzidas, pobreza mineral e uma população insuficiente para ocupar e produzir nas “novas terras descobertas”, vai encontrar nessas terras os fatores de produção que lhe são escassos. Além disso, os africanos desenvolveram, como vimos no primeiro capítulo, diversas tecnologias agrícolas, de construção, mineração, o que os colocava como detentores de um conhecimento ainda rarefeito na Europa:

Os povos de matriz africana são os responsáveis pela adequação, nos trópicos, das técnicas pré-capitalistas brasileiras, nomeadamente em áreas como a mineração, a medicina, a nutrição, a agricultura, a arquitetura e a construção. (ANJOS, 2006, p. 344)



Mapa 10. Dinâmica das principais rotas e articulações econômicas do comércio de povos africanos nos séculos XV a XIX. Fonte: ANJOS, 2005.

É necessário afirmar que os europeus não foram os primeiros a enxergar o corpo negro como instrumento de trabalho; segundo o escritor Nnimmo Bassey (2015), os comerciantes árabes e os seus colaboradores na costa oriental foram os primeiros a ver o corpo negro como um recurso a ser extraído. Depois, os colonialistas ingleses, espanhóis, franceses e portugueses levariam 20 milhões de pessoas para a escravatura, dos litorais oeste e meridional.

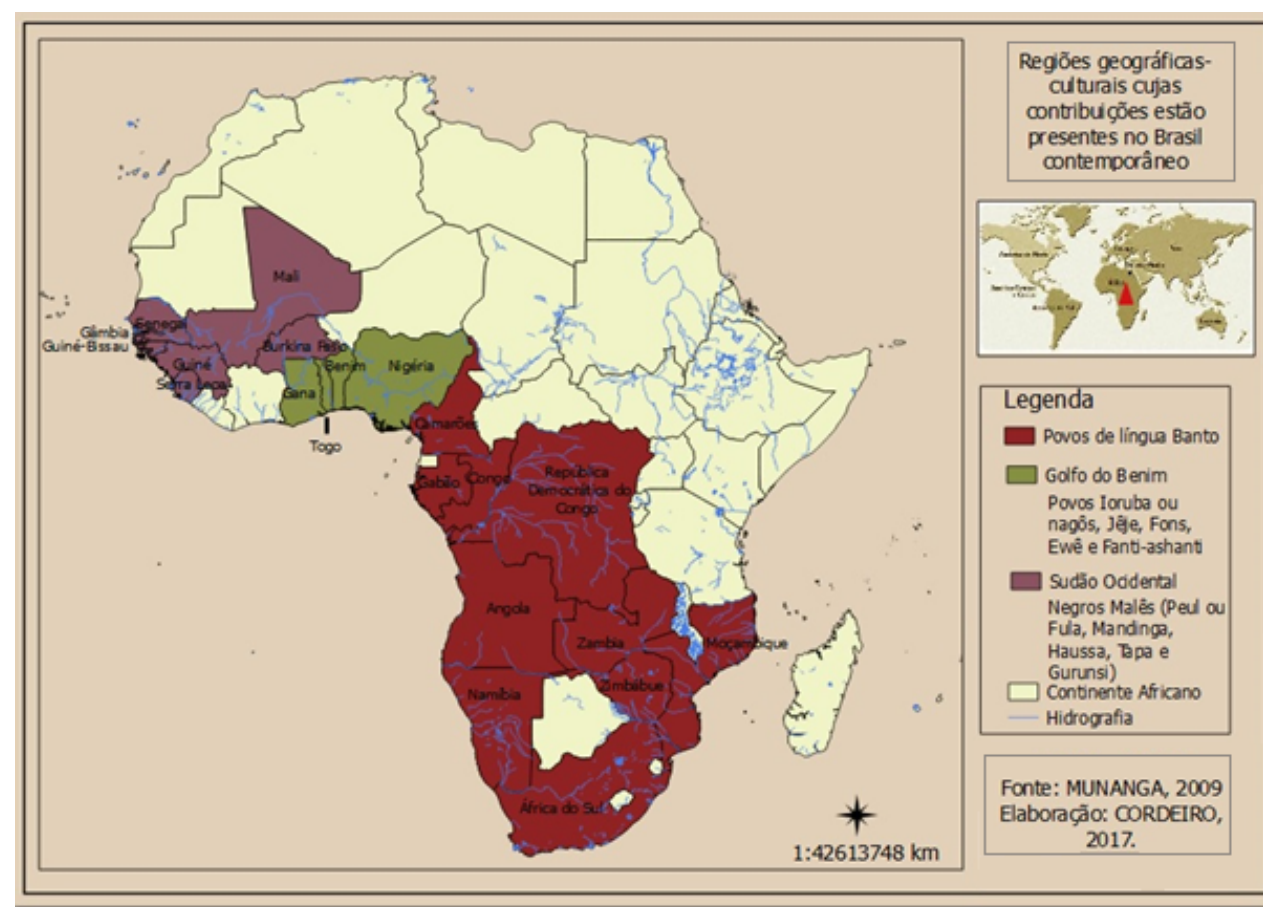
A escravização africana foi fundamental para a consolidação do sistema agro-mineiro exportador em ascensão no Brasil. Para alcançar lucros exorbitantes e sustentar o projeto colonial, os europeus lançaram mão de um processo civilizatório que afetaria outros povos, culturas e impérios do continente africano. Estabelece-se, assim, a estrutura social, política e econômica baseada em critérios que envolviam a submissão de povos pelos aspectos fenotípicos e, portanto, raciais.

O racismo, nesse sentido, estrutura a organização sócio-espacial no Brasil. A divisão do mundo em raças foi parte de um projeto de sociedade orientado pela cosmovisão europeia. Nela, os territórios sob seu domínio “se estruturam em torno de dois eixos fundamentais: a classificação da população mundial a partir da ideia de raça e a articulação de todas as formas de controle do trabalho” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p.26). No Brasil, a ideologia montada operou um dos sistemas escravistas mais perversos do continente americano.

A chegada de povos africanos determinaria muito mais do que as características econômicas do Brasil. Suas formas de organização social, sua língua, hábitos e manifestações culturais ficaram cravadas nos corpos, na formação, cosmovisão e organização territorial brasileira.

Kabengele Munanga faz referência a três áreas geográficas-culturais cujas contribuições estão presentes no Brasil contemporâneo (mapa 11): área ocidental das culturas dos povos ioruba ou nagôs, jêje, fons, ewê e fanti-ashanti, cujos territórios, atualmente, relacionam-se às atuais repúblicas

da Nigéria, Benim, Togo, Gana e Costa do Marfim, o chamado Golfo do Benim; a zona do Sudão ocidental, ocupada pelos negros malês (peul ou fula, mandinga, haussa, tapa e gurunsi), cobrindo os territórios dos atuais países do Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné, Serra Leoa, Mali e Burkina Fasso; “a área dos povos de língua banto, compreendendo numerosas etnias que cobrem os países da África central e austral (Camarões, Gabão, Congo, República Democrática do Congo, Zâmbia, Zimbábue, Namíbia, Moçambique e África do Sul).” (MUNANGA, 2009, p.92).



Mapa 11. Mapa das regiões geográficas-culturais cujas contribuições estão presentes no Brasil contemporâneo. Fonte: MUNANGA, 2009.

Na literatura sobre o assunto, muitos pesquisadores têm afirmado que os africanos que foram escravizados nas Américas teriam sido trazidos do litoral africano, com destaque para os litorais de Angola, Moçambique e do Golfo do Benim, porém sabe-se que esses africanos vieram do interior das já citadas áreas e dos países e grupos étnicos. Ocorreu, no entanto, que a documentação foi em grande parte queimada pelo então ministro das Relações Exteriores do Brasil, Rui Barbosa.

A violência estabelecida e legalizada no período escravocrata brasileiro não ocorreu sem reação dos africanos que aqui chegaram. Esses organizaram levantes, fugas e construíram quilombos. Inúmeros canaviais foram incendiados, senhores de engenho assassinados, contabilizando milhares de levantes, aquilombamentos e insurgências dos povos africanos. Segundo Zelinda Barros:

A resistência à escravidão foi uma marca do período de vigência desse sistema no nosso país. Seja de forma individual – recusa ao trabalho (o chamado “corpo mole”), roubo, sabotagem, assassinato dos senhores, fugas, infanticídio, aborto e suicídio, ou de forma coletiva – revoltas e rebeliões, que resultavam ou não na formação de quilombos, a resistência acentuou o papel ativo dos escravizados na luta contra a escravidão e destacou um aspecto perverso do sistema: a humanização do/a escravizado/a apenas no momento em que cometia um crime. A nenhum outro tipo de propriedade eram aplicadas punições e penas (FLORENTINO & AMANTINO, 2012) (BARROS, 2016, p.6).

Como você pode observar, os quilombos foram um dos mecanismos encontrados pelos africanos no Brasil para se opor ao regime de escravização colonial, porém a sua existência não se encerra com o fim do estatuto colonial do Brasil, estando presentes até a atualidade. É essa geografia dos quilombos que iremos adentrar no próximo tópico.

3.2 GEOGRAFIA DOS QUILOMBOS NO BRASIL

A organização em torno dos quilombos representou a negação à ordem escravista e a possibilidade encontrada pelos escravizados em restabelecer a liberdade outrora perdida: “Os quilombos resultaram dessa exigência vital dos africanos escravizados, no esforço de resgatar sua liberdade e dignidade por meio da fuga do cativo e da organização de uma sociedade livre.” (NASCI-MENTO, 2009, p. 203).

Quilombo é o abasileiramento da palavra *kilombo*, de origem banto, do Kimbundu, que significa arraial ou acampamento (MOURA, 1981, p. 335). O quilombo é, portanto, uma forma organizativa própria dos seres humanos trazidos de África. É um fenômeno que não conhece limites nem fronteiras e está presente na memória atual dos afro-brasileiros. É memória passada para as gerações que se seguem através da cultura oral que denominamos aqui de mapa mental, o qual, ao chegar no Brasil, se metamorfoseia e se adapta reconstruindo territorialidades.

A geografia e o conhecimento do território são fundamentais para estabelecer economias, territorialidades, mas também defesa contra as expedições punitivas. Os quilombos necessitavam conhecer bastante os seus territórios, já que eram a um só tempo comunidades de ataque e defesa. A localização dos quilombos estava associada às conexões mercantis que os mesmos poderiam estabelecer no entorno, principalmente quando os quilombolas conseguiam proteger seus territórios e realizar atividades produtivas em larga escala. Plantavam o que faltava nas cidades: feijão, arroz, cana, aipim, fumo, milho etc.

A necessidade de emancipação e resistência do sistema escravista europeu não se desenvolveu apenas no Brasil. Nas Américas, onde existia o escravismo, lá estava a resistência e a formação de comunidades negras (mapa 12).

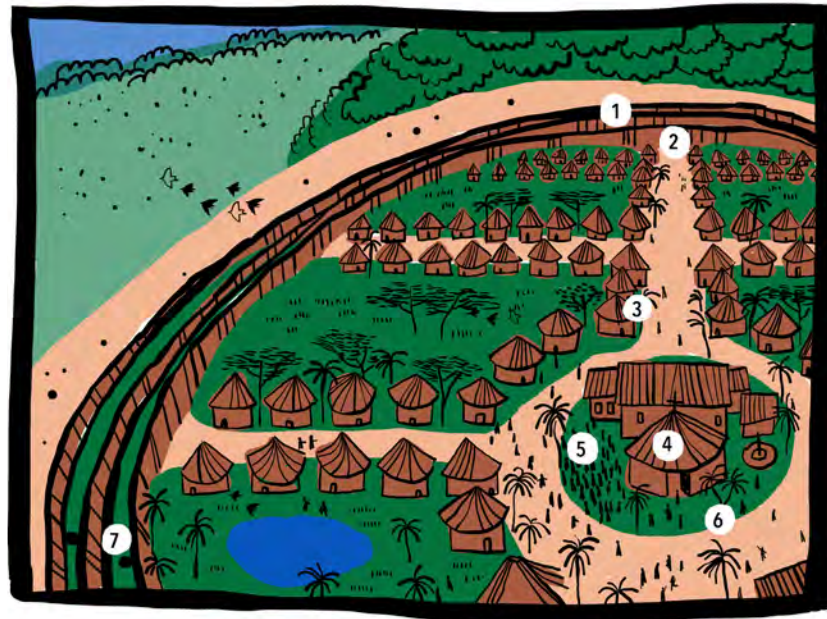


Mapa 12. Mapa das Organizações negras contra o regime da escravização. Fonte: GOMES, 2015.

Os quilombos mais conhecidos do período escravista são: Quilombo dos Palmares (Pernambuco); Quilombo do Quariterê (Mato Grosso); Quilombo Buraco do Tatu (Bahia). Sem dúvidas, o Quilombo dos Palmares, ou Ngola Janga, é o mais conhecido; localizado na capitania de Pernambuco, possuía 27 mil quilômetros quadrados de superfície e estava localizado na Serra da

Barriga, atualmente pertencente ao estado de Alagoas. A floresta tropical existente era cortada por numerosos lagos e lagoas, as terras eram férteis, com exuberantes fauna e flora, que somados aos conhecimentos africanos possibilitaram uma vida plena, com plantações que eram comercializadas nas cidades vizinhas. A organização espacial do Quilombo dos Palmares (figura 8) era composta por lotes de roças que eram distribuídos entre as famílias, conforme características da tradição africana, organizada

pelo chefe e pelo conselho das comunidades. Havia também roças coletivas, que eram destinadas ao Estado palmarino. Palmares pode ser compreendido como um reino africano nas Américas, pois se constituía de inúmeras cidades fortificadas, com trincheiras, fossos, armadilhas e inúmeras estrepes para conter o avanço daqueles que perseguiram o quilombo dos Palmares.



1. Fortificação; 2. Entrada; 3. Habitação; 4. Religiosidade; 5. Concelho; 6. Praça Central; 7. Armadilhas

Figura 8. Organização espacial do Quilombo de Palmares. Ilustração por: Letícia Graciano.

As casas palmarinas eram construídas de modo contíguo, uma com as outras, havia uma praça central com um pátio extenso onde havia lugares destinados ao culto religioso, havia a casa do chefe e de sua família, a casa do conselho, o mercado, a cisterna, a oficina e a forja dos ferreiros. A capital era Macaco, nela habitava o chefe geral. Existiam também outras cidades como: Zumbi, Acotirene, Tabocas, Sambrabange, Osenca, Amaro, Adalquituche, Aqualtune, Congôro, Cucáu, Pedro Capacaça, Kiluanji, Una, Caatingas, Ngana-Colomim.

O Estado brasileiro declarou guerra a Palmares e, para se defender, os quilombolas aperfeiçoaram diversas táticas espaciais, fizeram alianças diversas com indígenas e chegaram até a doar parte de suas terras férteis para alguns inimigos, desmobilizando diversas caravanas enviadas para atacá-los. Dom Pedro II, em diversas ocasiões, tentou negociar com os palmarinos, tamanha era a força militar deles. Foram praticamente 100 anos de tentativas e de ataques portugueses e holandeses a Palmares. Se a primeira menção a seu respeito foi realizada em 1597, sua destruição parcial só ocorreu em 1694 e o fim da guerra contra Ngola Janga em 1695, com a captura e morte de Zumbi dos Palmares (fotografia 18).



Fotografia 18. Monumento a Zumbi dos Palmares, Salvador.

A presença de Palmares é forte até os dias atuais, como podemos ver nesse trecho do poema de José Carlos Limeira "negro correndo livre/colhendo, plantando por lá/se Palmares ainda vivesse/em Palmares queria ficar. O ódio do feitor/é pegajoso, fecundo/ele pode empenhar/até as mentes mais estéreis/ com seu pênis de chicote. Os feitores esparramam se gozo/nas costas dos

malungos/Guinés, Ardras, Congos, Agomés, Minas, Cafres/e o sangue jorrou com tanta força/que em Angola, fui Nagô,/ irmão de Haussá/Jeje, Tapa e Senty. O cheiro nauseante do esperma da tortura/ fez com que ficássemos juntos/usando nosso ódio mais comum, por menos que conte a história/não te esqueço meu povo/se Palmares não vive mais/faremos Palmares de novo”.

Com a abolição da escravatura e o fim da escravidão, não existiam mais negros fugitivos e, pouco a pouco, o termo quilombo vai sendo retirado dos registros policiais e dos documentos oficiais do Estado. Porém, os quilombos continuam a se reproduzir e a se multiplicar.

Para Abdias Nascimento (2009), o quilombo abarca mais do que os quilombos nos moldes que conhecemos; abrange também outros espaços que se propõem a restabelecer a dignidade negra, integrando uma prática de libertação e, principalmente, tornando seus membros sujeitos da sua história. Esse movimento de libertação, Abdias Nascimento vai chamar de quilombismo.

Após a Lei Áurea (1888), o termo quilombo passou a ser tratado no passado, tanto pela historiografia quanto pelo Estado. Assim como as pessoas, as atividades desempenhadas por essas comunidades não eram contempladas nos censos do IBGE. Sobre isso afirma Rafael Sanzio Araújo dos Anjos: “Não podemos perder de vista que esse aparente desaparecimento das populações negras, principalmente dos livros didáticos, faz parte da estratégia do branqueamento da população brasileira.” (ANJOS, 2004, p.2).

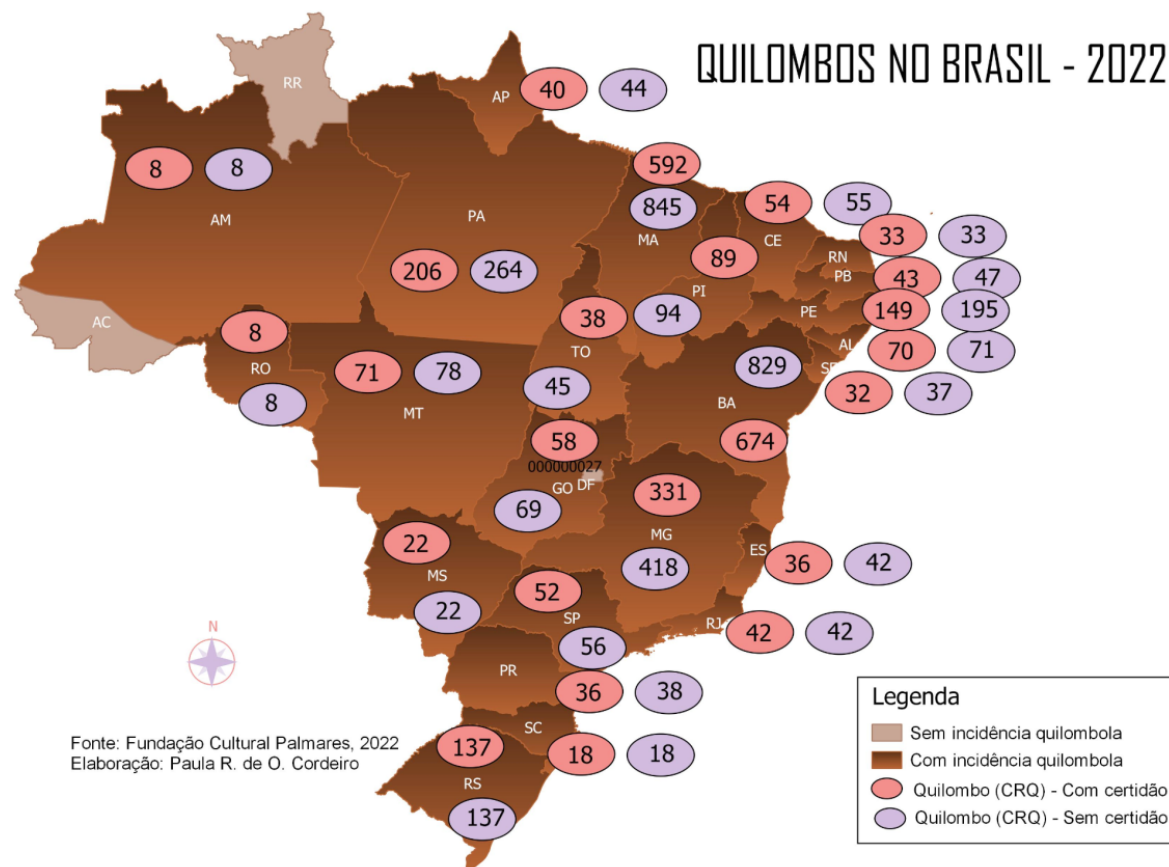
O quadro de invisibilidade institucional ao qual estavam submetidas às comunidades quilombolas começa a se modificar a partir da luta do movimento negro organizado, principalmente em torno do Movimento Negro Unificado (MNU) e das comunidades quilombolas organizadas que, desde a década de 1980, realizam ações em prol da afirmação identitária e dos direitos territoriais. Como consequência da reabertura e incidência política, tem-se a promulgação da atual Constituição Federal de 1988.

No que se refere às comunidades quilombolas, é garantida então através do Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição de 1988, a dominialidade das terras tradicionalmente ocupadas: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” (BRASIL, 1988).

O artigo 68 foi regulamentado através do Decreto nº 48887/2003. O Decreto define “os procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos (...)” (BRASIL, 2003).



Figura 9. Marca do Movimento Negro Unificado. Fonte: MNU.



Mapa 13. Quilombos no Brasil (2022).

Vive-se um momento no qual cada vez mais comunidades reivindicam a identidade quilombola. Segundo os dados da Fundação Cultural Palmares (2022), existem 3.495 comunidades remanescentes de quilombos no Brasil. Destas, 2.839 possuem a certidão de autodefinição quilombola emitida pela Fundação Cultural Palmares. A maior incidência encontra-se no Nordeste com 1736 certidões emitidas e 2206 comunidades quilombolas, seguidas pelo Sudeste com 461 certidões emitidas e 558 comunidades quilombolas, pelo Norte com 300 certidões e 369 comunidades, pelo Sul com 191 certidões emitidas e 193 quilombos e, por último, o Centro-Oeste com 151 certidões emitidas e 169 comunidades quilombolas no total.

Os fatores para esse crescimento são diversos, mas, sem dúvida, boa parte dos quilombos aciona a identidade em contextos de conflitos territoriais, nos quais a identidade se revela como garantidora de direitos. É, portanto, a partir do choque com a tentativa de apropriação privada de seus territórios que boa parte das comunidades (re)constrói sua identidade. Ou como nos diz Frantz Fanon: “Enquanto o negro estiver em casa não precisará, salvo por ocasião de pequenas lutas intestinas, confirmar seu ser diante de um outro.” (FANON, 2008, p.103).

Segundo a legislação vigente, essa (re)construção identitária deveria levar às políticas sociais, culturais e territoriais. Porém, a análise da situação fundiária das comunidades quilombolas revela que o Estado não tem atuado no sentido de garantir os direitos territoriais.

O território quilombola é compreendido pelos sujeitos sociais quilombolas como o espaço necessário à reprodução cultural, religiosa, social, ancestral e econômica, sendo a base da organização social e da identidade cultural de grupos negros. Alguns quilombos contemporâneos são: Quilombo Rio dos Macacos (Simões Filho, BA); Quilombo de Conceição (Salinas da Margarida, BA); Quilombos de Alcântara (Alcântara, MA); Quilombo de Conceição das Crioulas (Salgueiro, PE); Quilombo Cabeceiras (Óbidos, PA); Quilombo de Ilha de Maré (Salvador, BA); Quilombo urbano da Bananeira (Jacobina, BA); Quilombo Marambaia (Mangaratiba, RJ).



Saiba mais sobre o Quilombo Rio dos Macacos, no filme: Quilombo Rio dos Macacos, o filme. Dirigido por Josias Pires, disponível no [youtube](#).

Como vimos, os quilombos fizeram e fazem parte do espaço geográfico brasileiro, conformando territorialidades próprias e apresentando grande riqueza e diversidade cultural e ambiental. Por isso, são considerados territórios de extrema importância, principalmente para a população afro-brasileira.

3.3 TERREIROS DE RELIGIOSIDADE DE MATRIZ AFRICANA NO BRASIL

Os povos africanos que aqui desembarcaram trouxeram consigo a sua religiosidade. No Brasil, esses povos estabeleceram agrupamentos religiosos, cultuando suas divindades. Com a complexificação desses agrupamentos e com as influências exercidas pelos diversos povos africanos no Brasil, os cultos foram tomando características particulares. Alguns cultos afro-brasileiros existentes no Brasil contemporâneo são: Candomblé, Ifá, Culto a Egungum e Umbanda.

O Candomblé (fotografia 19), presente em todas as regiões do Brasil, é organizado a partir de três matrizes principais: a nagô ou iorubá, a jeje e a angola. Essas matrizes são entendidas pelos seus adeptos como nações e fazem referência à localização

geográfica dos fundadores do culto e, também, à origem geográfica de suas divindades. A nação nagô ou ioruba é conhecida pelo culto aos Orixás e possui como referência principal a atual Nigéria; a nação jeje estabelece o culto aos Voduns, divindades relacionadas ao antigo Reino do Daomé, no atual Benim e, na nação angola, há o culto aos Mkisi (plural de Nkisi), divindades encontradas até o presente por toda a África Central, com destaque para Angola e a região do Congo. Há ainda o culto de caboclos em muitos terreiros de Candomblé, com destaque ao genericamente denominado Candomblé de Caboclo, encontrado, por exemplo, no município de Jacobina com a denominação de Peji.



Fotografia 19. Terreiro de Candomblé Nzó Maiala. Fotografia: Lissandra Pedreira (@lispedreirafoto).

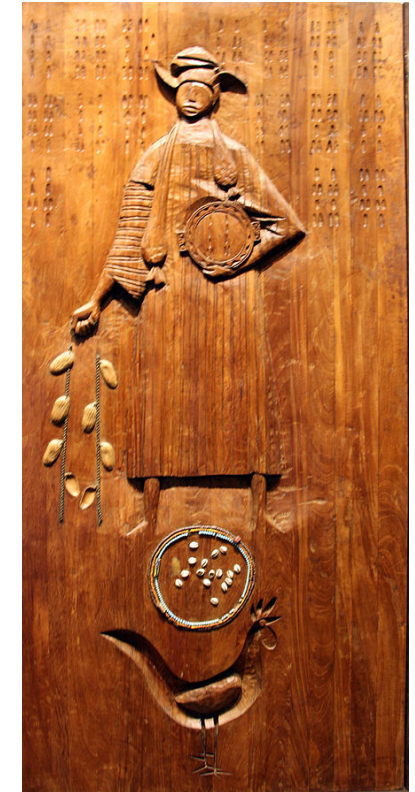
O culto realizado no Candomblé dirige-se, em princípio, às forças da natureza. É através das divindades que podem ser consideradas como representações dessas forças. As divindades são, portanto, as expressões máximas dessa relação, que ora se materializa sob a forma *in natura*, ora sob a forma humana, através das incorporações e transe dos iniciados no culto.

O culto a Ifá presente no Brasil é de origem Iorubá e possui como divindade principal Olódùnmarrè e Orunmila (fotografia 20) como segunda divindade, considerado por seus adeptos como o mais importante na hierarquia da ordem espiritual. Os templos de realização dos cultos são chamados, em grande parte, de Ègbé Ifá ou Ijò Orúnmilà e tem como culto principal o Ori, considerado o primeiro Orixá a ser louvado; segundo os seus adeptos, o Ori é a divindade pessoal do ser humano e é responsável pela realização da vida no Àiyé, ou seja, na terra.

Outro culto africano presente no Brasil é o de Egungun. Os estudos de Fábio Velame apontam que o culto dos Egums na Bahia tem sua fundação com o assentamento de "(...) Babá Olukotum, considerado por todos os membros da sociedade do culto um dos ancestrais de todo o povo nagô, considerado Olori Egum, a cabeça, o ancestral primordial" (VELAME, 2007, p.62). O culto aos Egums (figura 10) tem grande incidência na Ilha de Itaparica, Bahia. É lá que está localizado o assentamento de Babá Olukotum, no Terreiro do Tuntum. Segundo as pesquisas de Fábio Velame, existem atualmente doze terreiros de Egum no Brasil. A religiosidade dos terreiros de Egum se dão a partir do culto aos ancestrais masculinos ilustres.



Figura 10. Culto Egungun. Ilustração: Letícia Graciano.



Fotografia 20. Orunmila, Carybé. Fonte: Creative Commons.

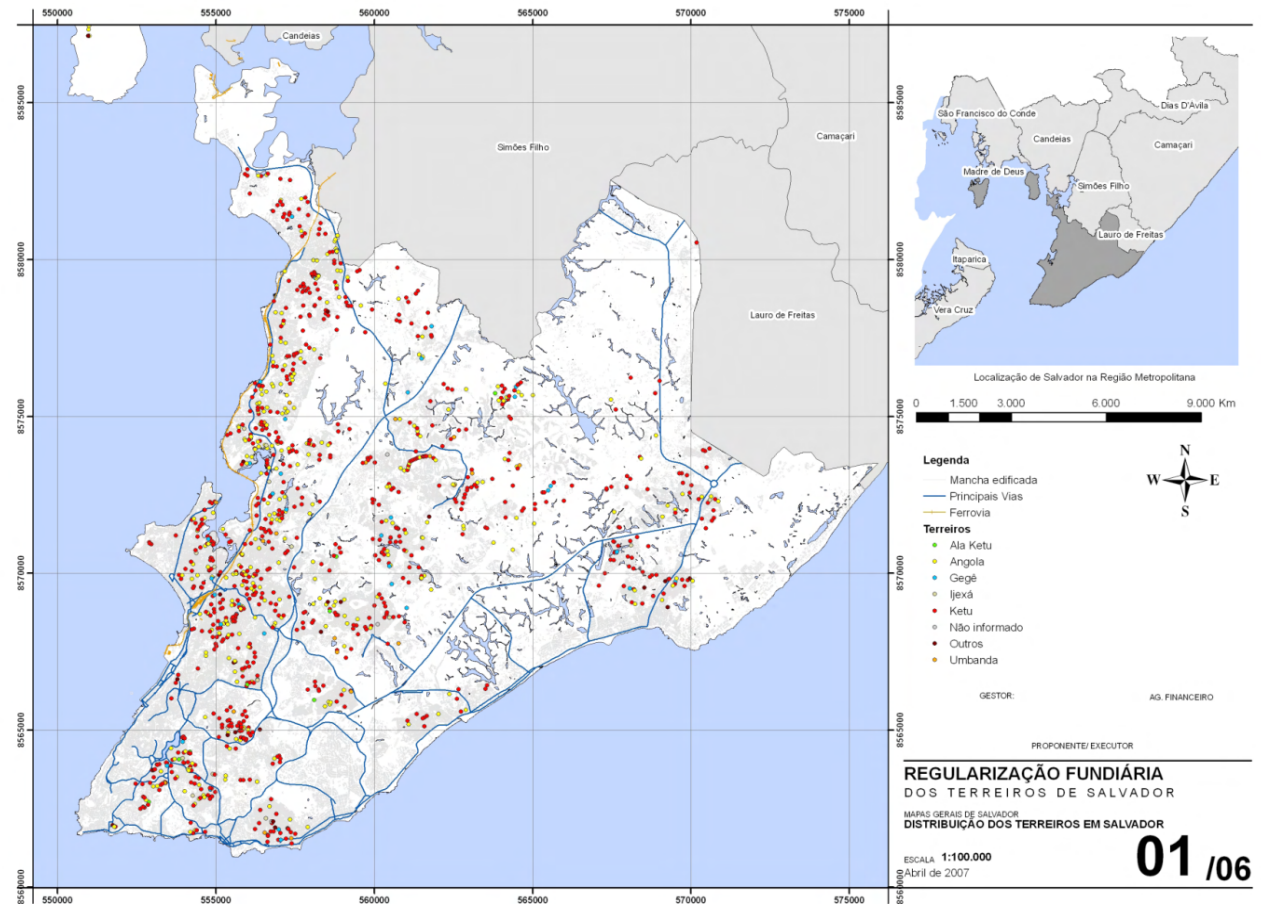
Já houve registros sobre o culto de ancestrais femininas no Brasil, conhecido como culto Gêlède (fotografia 21). Segundo Pierre Verger, na Bahia, havia o culto a Gêlédé todos os anos no dia 8 de dezembro, na festa da Boa Viagem, e era presidido por Maria Júlia Figueiredo, Omonike, Iyalorixá do terreiro Ilê Iya Nàso, a Casa Branca do Engenho Velho.



Fotografia 21. Máscara Gêlédé. Fonte: MAFRO.

As cerimônias afro-religiosas em questão são realizadas em espaços específicos que reproduzem ritos, medicinas, consultas oraculares, festejos, entre outros. Há, na constituição dos templos religiosos, a existência de espaços sagrados, esses podem estar localizados no ambiente interno ou externo ao terreiro, como os assentamentos em árvores, rochas, cursos hídricos, entre outros.

No mapa (mapa 14) você pode perceber a espacialização dos terreiros de Candomblé na cidade de Salvador, na Bahia.



Mapa 14. Mapa de terreiros de Candomblé da Bahia. Fonte: CEAO, disponível em: <http://www.terreiros.ceao.ufba.br/>.

3.4 OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DOS NEGROS NO BRASIL

Como vimos, o rigor e a violência imposta pela escravidão no Brasil não foram suficientes para destruir a cultura milenar africana. Assim, as teses racistas de que os africanos seriam incapazes de produzir conhecimento e tecnologia se mostraram infundadas.

Destacarei aqui alguns casos, chamando atenção de que existem muitos outros e que vocês devem pesquisá-los. Um caso notável

é o de André Rebouças, baiano de Cachoeira, nasceu em 1838 e se formou em engenharia, ciências físicas e matemática. Rebouças foi um renomado engenheiro, além de professor da escola Militar no Rio de Janeiro. Como engenheiro destaca-se a construção de docas no Rio de Janeiro, na Bahia, em Pernambuco e no Maranhão, implantando junto com seu irmão Antônio Rebouças, o sistema de abastecimento de água do Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro há o túnel Rebouças, homenageando esse renomado engenheiro.



Fotografia 22. Retrato a óleo de André Rebouças, por Túlio Magnaini, em *A mão Afro-brasileira*, editado por TENENGE, 1988. Foto: João Carlos Parreira Horta Araújo (1988).

Rebouças foi também um militante do movimento abolicionista, escrevendo e produzindo artigos contra a escravidão. André Rebouças tinha também conhecimentos sobre a questão agrária brasileira e sua relação com o escravismo.

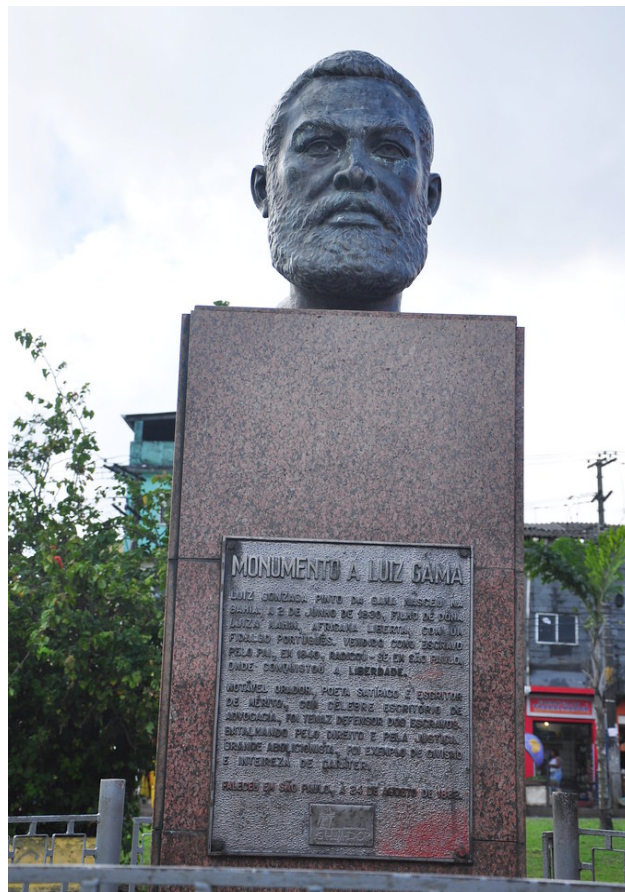
Teodoro Sampaio também merece destaque. Baiano, nasceu na cidade de Santo Amaro no Recôncavo baiano. Ele era filho de Domingas da Paixão, escravizada e de Francisco Antônio da Costa Pinto, um senhor de engenho que nunca o assumiu como filho. Sampaio estudou no Rio de Janeiro, na Escola Politécnica Fluminense e constrói sua carreira como engenheiro em São Paulo.

Teodoro Sampaio foi importante pois realizou obras como a reconstrução do prédio da Faculdade de Medicina, no Terreiro de Jesus em Salvador, na Bahia; foi eleito como Deputado Federal; publicou algumas obras importantes; foi nomeado diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), no qual articulou a vinda de diversos pesquisadores do mundo.



Fotografia 23. Teodoro Sampaio. Fonte: coleção IHGB-RJ.

Outra importante contribuição deu o advogado, jornalista e escritor Luís Gama. Nascido em Salvador no ano de 1830. Nascido livre, Luís Gama foi vendido como escravo por seu pai, um homem branco de uma das famílias mais importantes de Salvador. Especula-se que sua mãe era Luísa Mahin, importante liderança na luta contra a escravização. Após conquistar a sua liberdade, Luís Gama destacou-se como um importante rábula, um advogado que nem tinha formação acadêmica. Como advogado ele defendeu diversos negros, conseguindo comprovar a inocência destes diante das violências advindas do escravismo. Luís Gama é tido como o patrono da Abolição da Escravidão no Brasil.



Fotografia 24. Homenagem a Luís Gama, no Largo do Tanque, Salvador. Fonte: Creative Commons.

Antonieta de Barros nasceu em Santa Catarina, era filha de uma ex-escravizada. Antonieta era jornalista e professora. Atuava muito contra o racismo e a desigualdade de gênero no Brasil. Ela também atuava em favor da educação de qualidade para as mulheres. Antonieta de Barros foi a primeira deputada estadual negra do país e a primeira deputada mulher do estado, em 1934. Ela criou o jornal A Semana e também dirigiu a revista Vida Ilhoa. O presidente Lula, sancionou a Lei 14.518/23 que inseriu o nome de Antonieta de Barros no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Um importante reconhecimento para a importante trajetória de Antonieta de Barros.



Fotografia 25. Antonieta de Barros. Fonte: Creative Commons.

Na contemporaneidade temos muitos homens e mulheres negros que se destacam em diversas áreas. Luiza Bairros foi uma importante política brasileira. Formada em Administração, com mestrado em Ciências Sociais e doutorado em Sociologia.

Bairros fez carreira política na Bahia, foi uma importante intelectual e também militante do movimento negro. Seus textos estão disponíveis em diversas revistas tais como Afro-Ásia, Caderno CRH, Bahia Análise & Dados. Publicou também em revistas internacionais, incluindo livros e periódicos das Nações Unidas.

Luiza Bairros foi também ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Brasil entre 2011 e 2014.



Fotografia 26. Luiza Bairros. Fonte: Brasil de Fato, 2016.

Trago aqui também Sônia Guimarães. Sônia deixou o interior de São Paulo em 1976 para estudar Ciências na Universidade Federal de São Carlos, obtendo grande destaque nos estudos. A sua carreira acadêmica não encerrou na graduação, Guimarães tornou-se especialista em química e tecnologia de materiais, mestra em física aplicada e doutora em Materiais Eletrônicos na Universidade de Manchester, tornando-se a primeira mulher negra brasileira doutora em física. Sônia Guimarães é professora do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), compõe também a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN).



Fotografia 27. Sônia Guimaraes. Fonte: Creative Commons.

Por fim, indico alguns geógrafos e geógrafas negras que estão produzindo conteúdos a partir das especialidades negro-africanas no Brasil nas mais diversas temáticas:



Fotografia 28. Geógrafas e geógrafos negros. Elaboração: Paula R. Cordeiro



Para exercitar o aprendizado

- Como você vê o processo de territorialidade dos africanos no Brasil?
- Pesquise mais sobre alguns quilombos e sobre quilombolas importantes para a história do Brasil. Escreva o nome e as suas histórias e territorialidades.
- O que você sabe sobre religiosidade afro-brasileira no seu bairro ou município? Faça um mapeamento e desenhe um mapa com a localização aproximada de alguns templos afro-religiosos.



Expectativa de aprendizagem

Conhecer e refletir sobre o tema do capítulo.

CAPÍTULO 4

APROFUNDAMENTO DOS ESTUDOS



Máscara Cokwe
Mwana Pwo

Máscara Cokwe
Mukixi wa Cihongo

APROFUNDAMENTO DOS ESTUDOS

Chegamos ao final da nossa pequena jornada pela geografia da África e, aqui, você encontrará alguns materiais interessantes para que consiga aprofundar os estudos. Bom aprofundamento!

← CONHEÇA UM POUCO DOS CONFLITOS AMBIENTAIS NO CONTINENTE AFRICANO:

Reportagem: Não está à venda: As florestas do Congo devem ser protegidas da indústria de combustíveis fósseis.

A maior floresta tropical protegida em África – o Parque Nacional da Salonga, na República Democrática do Congo – corre o risco de degradação.

<https://www.globalwitness.org/en/campaigns/oil-gas-and-mining/n%C3%A3o-est%C3%A1-%C3%A0-venda-florestas-do-congo-devem-ser-protetidas-da-ind%C3%A9ria-de-combust%C3%ADveis-f%C3%B3sseis/>

Reportagem: Contaminação por conta de vazamento de petróleo na Nigéria.

A Nigéria tem a maior área de manguezais na África, localizada, em sua maioria, no Delta do Níger, com 11.700 quilômetros quadrados de florestas pantaneiras que abrigam várias espécies de flora e fauna únicas.

<https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/nigeria-pensavamos-que-fosse-petroleo-mas-era-sanguen-bassey/>

CONHEÇA UM POUCO DA COSMOPERCEPÇÃO BANTO: →

Vídeo: Retrato da Mestra Makota Valdina

Vídeo produzido pelo grupo Saberes Tradicionais da UFMG, com realização da PROGRAD (Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais). Makota Valdina do Terreiro Nzo Onimboya, era educadora, líder comunitária, religiosa de tradição banto, militante da liberdade religiosa afro-brasileira e das populações negras no Brasil. Esse vídeo foi produzido no contexto da participação de Makota Valdina como uma das mestras do curso “Políticas da Terra” da UFMG.

<https://www.youtube.com/watch?v=FAc4CJr4qtM>

Vídeo: Cosmologia Banto.

Sobre a cosmologia banto, assista a essa live com o Professor Doutor, cantor, músico Tiganá Santana, organizado e exibido pelo grupo “Terça Afro”, no Youtube.

<https://www.youtube.com/watch?v=z3NJOOC-8VY>

Música: Aproveite e conheça alguns dos álbuns do músico Tiganá Santana, no seu portal do Youtube.

<https://www.youtube.com/channel/UCAQ3GuTrjb2jv9Ruf-7qEuuA>

Artigo: A natureza no cosmo sentir banto e a questão ambiental

A presença dos bantos no Brasil contemporâneo é algo inegável e junto à presença das pessoas vem também suas experiências, fruto de mais de 3.500 anos no continente Africano. Destaque nesse artigo é a relação estabelecida pelos banto com a natureza. Essa não é vista como algo separado, como quer nos fazer crer o pensamento ocidental, mas como integrante à vida e suas dinâmicas. A natureza enquanto sagrada nos permite também compreender os conflitos ambientais e territoriais que estão em curso nas comunidades de origem africana no Brasil contemporâneo. A partir da afrocentricidade, acreditamos que esse artigo é um passo para compreender o cosmo sentir banto no que se refere à sua relação com a natureza. Escrito por Paula Regina de Oliveira Cordeiro e publicado pela revista Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros.

<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/article/view/17406/945>

Site: Conheça mais sobre o projeto GEOAFRO.

O projeto GEOAFRO tem 34 anos e é coordenado pelo Professor Doutor da Universidade de Brasília Rafael Sanzio dos Anjos, através do Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (Ciga). Segundo informações contidas no site, o projeto “realiza investigações e interpretações da formação territorial do Brasil e da sua população, tomando como referência os aspectos geográficos da herança africana. A premissa dos estudos realizados e em andamento é ampliar as informações geográficas e cartográficas, a discussão, e fornecer elementos para o conhecimento historiográfico do espaço brasileiro na perspectiva das matrizes oriundas da África*”.

<https://www.portalprojetogeoafro.com/>

Documentário O Atlântico Negro: Na rota dos Orixás

Um relato realista e comovente das relações entre Brasil e África inspirou o videomaker Renato Barbieri e o historiador Victor Leonardí a criar uma série de quatro documentários chamada Atlântico Negro. O primeiro filme da série, feito em vídeo, Na Rota dos Orixás, entra em cartaz depois de ser elogiado no 31º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro e de participar de eventos como o Dia Nacional da Consciência Negra. Na Rota dos Orixás apresenta a grande influência africana na religiosidade brasileira. Na fita, Renato Barbieri mostra a origem das raízes da cultura jêje-nagô em terreiros de Salvador, que virou Candomblé, e do Maranhão, onde a mesma influência gerou o Tambor de Minas.

Filme: Brasil - 1998

Duração: 55m.

Direção: Renato Barbieri


Documentário Orin: Música para os Orixás

Sinopse: Os cantos e ritmos de origem africana têm grande influência na Música Popular Brasileira. ‘Orin’ é o nome iorubá dado às cantigas do Candomblé, que fazem a comunicação entre o mundo material e espiritual. O documentário longa-metragem mostra a trajetória de Luri Passos, professor de atabaque no terreiro do Gantois e primeiro alabê a conquistar o título de mestre em etnomusicologia pela UFBA. Pessoas ligadas aos terreiros, pesquisadores e artistas como Mateus Aleluia, Letieres Leite, Gerônimo Santana e Gabi Guedes falam sobre a resistência dessa tradição musical e sua relação com a dança e mitologia dos Orixás.

<https://www.youtube.com/watch?v=hL-A29ILa5Y&t=3267s>

Filme: Quilombo Rio dos Macacos, O Filme

Sinopse: Quilombo Rio dos Macacos é um filme documentário de longa-metragem (120min, 2017) sobre comunidade quilombola e sua luta pela garantia da propriedade da terra, de uso tradicional, reivindicada pela Marinha do Brasil, localizada entre os municípios de Salvador e Simões Filho. Além de denunciar graves


*Disponível em: <https://canalciencia.ibict.br/ciencia-em-sintese1/ciencias-sociais-aplicadas/168-geografia-afro-brasileira-itinerante-para-divulgacao-da-formacao-territorial-do-brasil-e-sua-populacao>



violações de direitos humanos – direito de ir e vir e de acesso à água, saúde, educação, moradia e trabalho – o filme registra, inclusive com imagens produzidas no calor da hora pelos próprios quilombolas, conflitos e negociações visando a solução dos problemas; documenta aspectos culturais, simbólicos e características do território, como paisagens e lugares; registra memórias individuais e coletivas, traçando amplo painel de caráter político, social, cultural e etnográfico.

Direção: Josias Pires

<https://www.youtube.com/watch?v=-c0GXT1ICis&t=1s>

Streaming de filmes com a temática negro-africana.

<https://www.blackflix.com.br/>

Site: Fundação Cultural Palmares

No dia 22 de agosto de 1988, o Governo Federal fundou a primeira instituição pública voltada para promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira: a Fundação Cultural Palmares (FCP), entidade vinculada ao Ministério do Turismo. Ao longo dos anos, a FCP tem trabalhado para promover uma política cultural igualitária e inclusiva, que contribua para a valorização da história e das manifestações culturais e artísticas negras brasileiras como patrimônios nacionais.

Ademais, a FCP é referência na promoção, fomento e preservação das manifestações culturais negras e no apoio e difusão da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da História da África e Afro-Brasileira nas escolas. A Fundação Palmares já distribuiu publicações que promovem, discutem e incentivam a preservação da cultura afro-brasileira e auxiliam professores e escolas na aplicação da Lei.

- **Comprometimento** com o combate ao racismo, a promoção da igualdade, a valorização, difusão e preservação da cultura negra;
- **Cidadania** no exercício dos direitos e garantias individuais e coletivas da população negra em suas manifestações culturais;

- **Diversidade** no reconhecimento e respeito às identidades culturais do povo brasileiro.*


<https://www.gov.br/palmares/>

FOTOGRAFIAS: CONHEÇA FOTÓGRAFOS QUE VALORIZAM A CULTURA AFRICANA NO BRASIL

Lissandra Pedreira: <https://www.instagram.com/lispedreirafoto/>

Ismael Silva: <https://www.instagram.com/ismaelssa/>

Fafá: <https://www.instagram.com/fafa.fotografia/>


*Texto retirado do site oficial da FCP: https://www.gov.br/palmares/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/copy_of_estrutura-organizacional

Calendário de independências africanas

Março

06 - Gana é o primeiro país da África Negra a tornar-se independente/1957
21 - Independência da Etiópia/1975
21 - Independência da Namíbia/1990

Abril

04 - Independência do Senegal/1960
27 - Independência do Togo/1960

Junho

25 - Independência de Moçambique /1975
26 - Independência da Somália/1960
30 - Independência do Zaire/1960

Julho

01 - Independência de Ruanda/1960
01 - Independência de Burundi/1962
03 - Independência da Argélia/1962
05 - Independência de Cabo Verde/1975
12 - Independência de São Tomé e Príncipe/1975
26 - Independência da Libéria/1846

Agosto

01 - Independência do Benin/1975
03 - Independência do Níger /1960
07 - Independência da Costa do Marfim/1960
15 - Independência do Congo/1960
19 - Independência do Gabão/1960

Setembro

11 - Independência do Senegal/1960
22 - Independência do Mali/1960
24 - Independência da Guiné-Bissau/1973

Novembro

11 - Independência de Angola/1975
11 - Independência do Zimbábue/1980

Dezembro

12 - Independência do Quênia/1963

Fonte: <https://www.quilombhoje.com.br/calendario/calendario.htm>

ÍNDICE DE IMAGENS

Fotografia 1. Monte Kilimanjaro	19	Fotografia 15. Religiosidade na Nigéria	40
Fotografia 2. Floresta do Congo.....	21	Fotografia 16. Refugiados africanos são resgatados no mar Mediterrâneo	40
Fotografia 3. Savana africana	21	Fotografia 17. Combatentes das Forças Democráticas da Libertação de Ruanda (FDLR)	41
Fotografia 4. Deserto do Saara.....	21	Fotografia 18. Monumento a Zumbi dos Palmares, Salvador	48
Fotografia 5a e 5b. Akin Mabogunje e Rafael Sanzio dos Anjos	24	Fotografia 19. Terreiro de Candomblé Nzó Maiala.....	51
Fotografia 6. Arte Litema realizada a partir da extração de minerais	24	Fotografia 20. Orunmila, Carybé.....	51
Fotografia 7. Mineiros abrindo uma nova mina em Biambwe, na República Democrática do Congo.....	25	Fotografia 21. Máscara Gèlèdè	52
Fotografia 8. Patrice Lumumba.....	27	Fotografia 22. Retrato a óleo de André Rebouças, por Túlio Magnaini, em A mão Afro-brasileira, editado por TENENGE, 1988	53
Fotografia 9. Hatsheput	31	Fotografia 23. Teodoro Sampaio	53
Fotografia 10. Candace	32	Fotografia 24. Homenagem a Luís Gama, no Largo do Tanque, Salvador	54
Fotografia 11. Ahosí	32	Fotografia 25. Antonieta de Barros	54
Fotografia 12. Ruínas da Muralha do Grande Zimbábwe, capital de Mwene Mutapa.....	33	Fotografia 26. Luiza Bairros.....	55
Fotografia 13. Winnie Mandela e Nelson Mandela.....	38	Fotografia 27. Sônia Guimarães.....	55
Fotografia 14. Descarte impróprio de petróleo na Nigéria	39	Fotografia 28. Geógrafas e geógrafos negros	56

Mapa 1. Mapa do continente africano.....	19	Quadro 1. Tempo Geológico	23
Mapa 2. Mapa hidrográfico da África	22	Figura 1. Fóssil de Lucy, um membro extinto da família dos homínídeos, que incluem os seres humanos modernos e todos os nossos ancestrais - e cujos ossos foram descobertos na Etiópia, em 1974.....	20
Mapa 3. África principais padrões de cobertura vegetal e recursos minerais e energéticos - ambientes sem as transformações territoriais.....	25	Figura 2. Rio Nilo visto do espaço.....	22
Mapa 4. Mapa dos Reinos e Impérios africanos.....	28	Figura 3. Escultura de Bronze do Benim, criadas desde o século XIII	24
Mapa 5. Mapa dos Reinos e Impérios africanos	33	Figura 4. Informação sobre o cosmograma Bakongo.....	26
Mapa 6. África Saariana e Subsaariana	35	Figura 5. Detalhe do Atlas Catalão, retratando o Mali e Mansa Musa (século XIV)	31
Mapa 7. África Central.....	35	Figura 6. Conferência de Berlim, 1884.....	36
Mapa 8. Mapa da partilha da África	37	Figura 7. Quem foi Kwame Nkrumah	38
Mapa 9. Mapa das fronteiras dos países africanos	39	Figura 8. Organização espacial do Quilombo de Palmares.....	48
Mapa 10. Dinâmica das principais rotas e articulações econômicas do Comércio de povos africanos	44	Figura 9. Marca do Movimento Negro Unificado	49
Mapa 11. Mapa das regiões geográficas-culturais cujas contribuições estão presentes no Brasil contemporâneo.....	45	Figura 10. Culto Egungun.....	51
Mapa 12. Mapa das Organizações negras contra o regime da escravização.....	47		
Mapa 13. Quilombos no Brasil (2022)	49		
Mapa 14. Mapa de terreiros de Candomblé da Bahia..	52		

REFERÊNCIAS

ANJOS, Rafael Sanzio dos. **Coleção África-Brasil: Cartografia para o ensino "aprendizagem"**. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2ª. Edição. 2005 BsB -DF.

_____. A Geografia do Brasil africano, o Congo e a Bélgica - Uma aproximação. **Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território / Eletronic Magazine: Time - Technique - Territory**, 1(3). 2017. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/ciga/article/view/15787>>

_____. Cartografia e Cultura: Territórios dos remanescentes de quilombos no Brasil. **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. 2004.

_____. Cartografia e Quilombos: territórios étnicos africanos no Brasil. **Africana Studia**, n. 9, p. 337-355, 2006.

_____. **Quilombos: Geografia Africana-Cartografia Étnica-Territórios Tradicionais**. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2009.

BASSEY, Nnimmo. **Aprendendo com a África: A extração destrutiva e a crise climática**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

BARROS, Zelinda. Módulo Quilombola. Cachoeira: **UFRB**. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 4.887**. 2003.

BRASIL. **Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**. 1988.

BRUNSCHWING, Henri. **A Partilha da África Negra**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

CORDEIRO, Paula Regina de Oliveira. **Essa terra é para filh@s e net@s não vende e não pode trocar: a disputa entre o território tradicional quilombola-pesqueiro de Rio dos Macacos e o Território militarizado da Marinha do Brasil**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, POSGEO. 2019

_____. Natureza no cosmo sentir bantu e a questão ambiental. Dossiê: Pensamentos Geográficos Africanos e Indígenas. **Revista Kwanissa**. São Luís, n. 10. 2021, p.63-75.

DIARRA, S. Geografia histórica: aspectos físicos. In: KI-ZERBO, Joseph. **História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. p. 345-365

DOMINGOS, Luis Tomas. A visão Africana em Relação à Natureza. ANAIS DO III ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES – ANPUH -Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades. IN: **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá (PR) v. III, n.9, jan/2011.

DÖPCKE, Wolfgang. "O significado de fronteiras na história de Zimbábue – reflexões iniciais." Em: Textos de História, **Revista da Pós-Graduação em História da UnB**, Vol. 3, nº. 5, 1995.

_____. A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 42, n. 1, p. 77-109, 1999.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador, BA: EDUFBA, 2008.

FOGO NO MAR. Direção: **Gianfranco Rosi**. França e Itália: Documentário, 2016.

FOURSHEY, Catherine Cymone; GONZALES, Rhonda M.; SAIDI, Christine. **África Bantu: De 3500 a.C até o presente**. Tradução de Beatriz Silveira Castro Filgueiras. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

FRONTIÈRES. Direção: **Xavier Gens**. França e Suíça: Filme, 2007.

Fundação Cultural Palmares. **Dados Quilombolas**. 2022.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos: Uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: claro Enigma, 2015.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. **A Geografia desde-dentro nas relações étnico-raciais**. In: NUNES, Marcone Denys dos Reis; SANTOS, Ivaneide Silva dos; MAIA, Humberto Cordeiro Araújo. Geografia e Ensino: aspectos contemporâneos da prática e da formação docente. Salvador: EDUNEB, 2018.

MABOGUNJE, Akin. Geografia histórica: aspectos econômicos. In: KI-ZERBO, Joseph. **História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. p. 367-385

MOORE, Carlos. **Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. 2. Ed. Belo Horizonte: Nadyala, 2012.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. 3. ed. São Paulo, SP: Ciências Humanas, 198.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. In: **Revista USP**, n.28, São Paulo, EDUSP, 1996, p. 56-63.

MUNANGA, Kabengele. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações**. São Paulo, SP: Global, 2009.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (ORG). **O tempo dos povos africanos**. IPEAFRO-SECAD/MEC, 2007.

NASCIMENTO, ABDIAS. **Quilombismo: um conceito emergente do processo historicocultural da população afro-brasileira**. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (ORG). Afrocentricidade: Uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.

NASCIMENTO, Beatriz. **Negro e Racismo**. IN: RATTS, Alex. Eu Sou Atlântica: sobre a trajetório de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kwanza, 2007. p.98-102.

_____. **O quilombo como instituição no período colonial e Imperial no Brasil**. IN: RATTS, Alex. Eu Sou Atlântica: sobre a trajetório de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kwanza, 2007. p.119-125.

_____. **Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso**. IN: RATTS, Alex. Eu Sou Atlântica: sobre a trajetório de vida

de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kwanza, 2007. p.109-116. Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. 2004.

OLIVEIRA, Denilson de Araújo. Por uma geografia nova do ensino de África no Brasil. In: COSTA, Carmem Lúcia (ORG). **Gênero e diversidade na escola: espaço e diferença, abordagens geográficas da diferenciação étnica, racial e de gênero**. Dados eletrônicos. Goiânia: Gráfica UFG, 2018. disponível em: <<https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/genero-e-diversidade-na-escola/conteudo/parte1/01.html>> Acesso em: 17.fev.2022.

PAIM, Márcio. Pan-africanismo: tendências políticas, NKruma e a crítica do livro na casa de meu pai. **Sankofa (São Paulo)**, v. 7, p. 88/nº13-112, 2014.

_____. A África que incomoda: sobre a problematização no legado no cotidiano brasileiro. **Intellèctus**, Rio de Janeiro, p. 188 - 193, 09 out. 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2012.

RATTS, Alex. A perspectiva do “mundo negro”: notas para o ensino de Geografia da África no Brasil. In: COSTA, Carmem Lúcia (ORG). **Gênero e diversidade na escola: espaço e diferença, abordagens geográficas da diferenciação étnica, racial e de gênero**. Dados eletrônicos. Goiânia: Gráfica UFG, 2018. disponível em: <<https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/genero-e-diversidade-na-escola/conteudo/parte1/02.html>> Acesso em: 17.fev.2022.

SEPPPIR. **Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana 2013-2015**. 2013.

VELAME, Fábio Macêdo. **A Arquitetura do Terreiro de Candomblé de culto aos Egum: O Omo Ilê Aboulá, Um templo da ancestralidade afro-brasileira**. Dissertação (mestrado). UFBA, 2007.

COLEÇÃO PEDAGÓGICA ASÉ-TORÉ

1 Diversidade de saberes dos povos indígenas

Bárbara Nascimento Flores Borum-Kren

2 Lei 11.645/08 e a Educação indígena

Edson Kayapó

3 Territórios e povos indígenas no Brasil e na Bahia

Everaldo Rodrigues Mota Junior

4 História e cultura dos povos indígenas na Bahia e no Brasil

Ayalla Oliveira Silva

5 História da África

Renata do Nascimento Argemiro e Márcio Luís da Silva Paim

6 Geografia da África e dos seus descendentes no Brasil

Paula Regina de Oliveira Cordeiro

7 Tecnologias africanas e educação

Henrique Cunha Junior

8 O pensar científico de africanos e de seus descendentes nas ciências

Florencia Freitas Silvério

9 Conhecimentos africanos e afro-brasileiros, epistemologias de poder

Ângela Maria Ribeiro

10 Culturas africanas e afro-brasileiras

Jorge Luiz Gomes Junior

11 Quilombos na Bahia, lutas e resistências

João Rodrigo Araújo Santana

12 Identidade da população negra no Brasil

Patrícia Martins e Luciana Alves

13 Educação das relações étnico-raciais e currículo

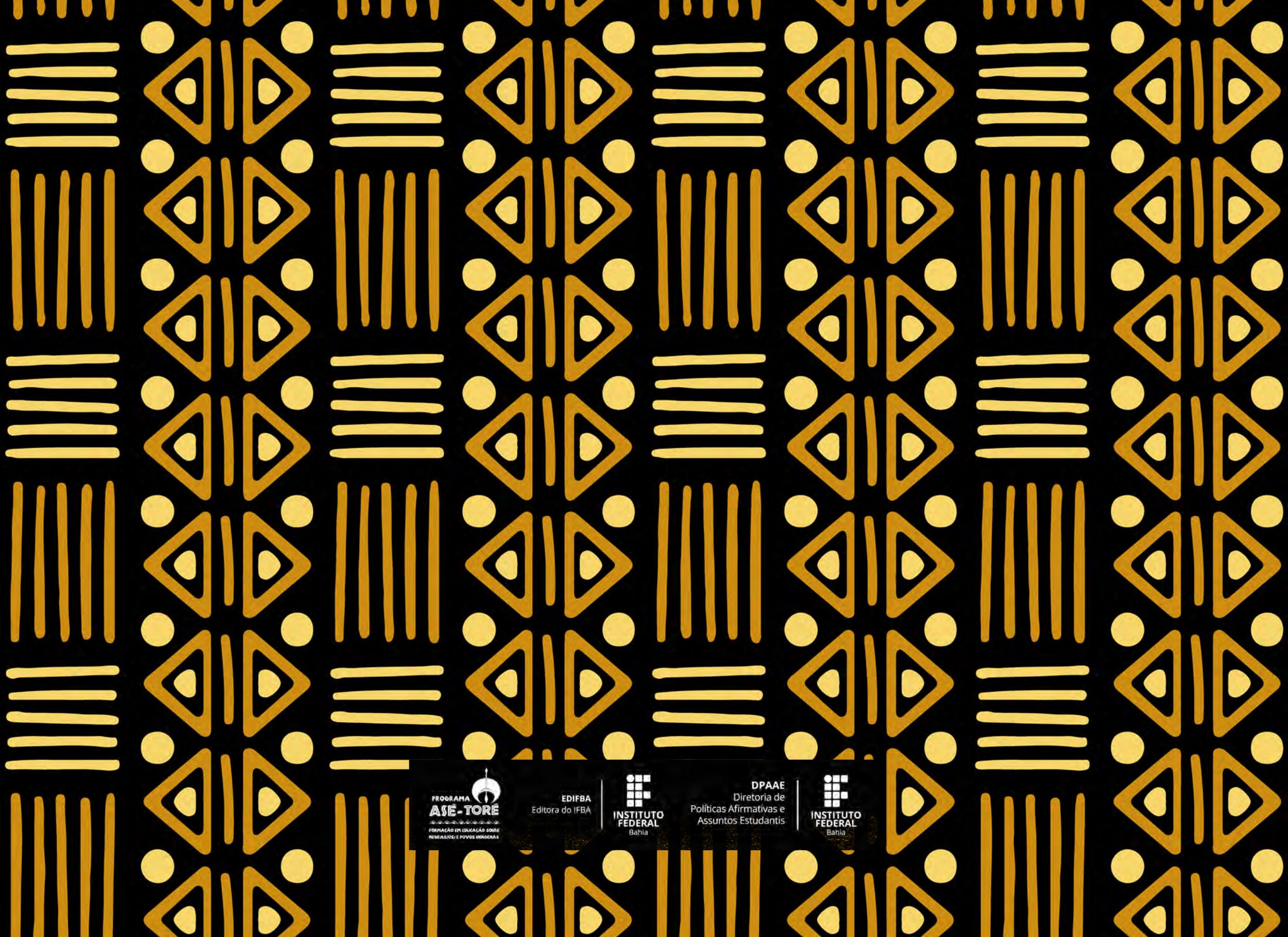
Joelma Cerqueira de Oliveira e Eliane da Conceição Silva

14 Mulheres negras e indígenas

Maria Luzitana Conceição dos Santos e Tania Aparecida Lopes

15 Movimentos negros contemporâneos e movimentos sociais indígenas

Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo



PROGRAMA
ASE-TORE
FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO SOBRE
NECESSIDADES E POVOS INDIGENAS

EDIFBA
Editora do IFBA


**INSTITUTO
FEDERAL**
Bahia

DPAE
Diretoria de
Políticas Afirmativas e
Assuntos Estudantis


**INSTITUTO
FEDERAL**
Bahia